

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY**

**O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO  
LAVANTAMENTO DE RECURSOS E  
NECESSIDADES DE ENFERMAGEM NO  
BRASIL (1954-1958)**

**DANIELA VIEIRA MALTA**

**Rio de Janeiro**

**2012**

**DANIELA VIEIRA MALTA**

**O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO  
LEVANTAMENTO DE RECURSOS E  
NECESSIDADES DE ENFERMAGEM NO  
BRASIL (1954-1958)**

Relatório final de dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para a obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Cristina Franco Santos**

**Rio de Janeiro**

**Agosto/2012**

Malta, Daniela Vieira.

O Processo de Organização do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (1954-1958)/ Daniela Vieira Malta.

Rio de Janeiro: UFRJ/EEAN, 2012.

129 f.

Orientadora: Tânia Cristina Franco Santos

Dissertação (mestrado) – UFRJ/EEAN/Programa de Pós-graduação em Enfermagem, 2012.

Referências Bibliográficas: f. 104-110.

1. Enfermagem. 2. História da Enfermagem. 3. Pesquisa.

I. Santos, Tânia Cristina Franco. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Anna Nery. III. Título

**O Processo de Organização do Levantamento de Recursos e Necessidades de  
Enfermagem no Brasil (1954-1958)**

Por:

Daniela Vieira Malta

Relatório final da dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para a obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

**Banca examinadora:**

---

Tânia Cristina Franco Santos  
Presidente

---

Gertrudes Teixeira Lopes  
1ª Examinadora

---

Maria da Luz Barbosa Gomes  
2ª Examinadora

---

Maria Lelita Xavier  
Suplente

---

Alexandre Barbosa de Oliveira  
Suplente

*Dedico esta dissertação aos meus pais, Maria Beatriz Vieira Malta e Mário Malta de Araújo, verdadeiros e eternos amores e principais responsáveis por esta conquista. Ademais, dedico à minha irmã, Manuela Vieira Malta, pela paciência e compreensão.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, força maior, que me deu forças para superar os obstáculos, sempre que necessário.

À minha mãe que, mesmo distante, continuou mais perto do que nunca e proporcionou a estrutura imprescindível, durante minha temporada no Rio de Janeiro.

Ao meu pai, patrocinador de todo esse sonho, que acreditou em mim e não mediu esforços, para me proporcionar a melhor formação intelectual, escolar / profissional e pessoal que poderia ter.

À minha irmã, que nunca questionou a prioridade dos meus pais durante esses dois anos, sendo compreensiva e paciente.

Ao meu tio, Paulo Maurício de Oliveira Vieira, grande incentivador que fez com que eu acreditasse na possibilidade dessa conquista.

A minha sábia avó, Lúcia de Oliveira Vieira, sempre incisiva e realista, pelas lições de que uma conquista realmente completa costuma ser acompanhada de dificuldades e renúncias.

À minha querida orientadora, Prof<sup>ª</sup> Dra. Tânia Cristina Franco Santos, exemplo de dedicação profissional, inteligência e humildade, por sua presença, paciência e disposição ilimitada para ensinar.

Aos professores que compuseram as bancas examinadoras das diversas etapas do Mestrado, Maria da Luz Gomes Barbosa, Alexandre Barbosa de Oliveira, Gertrudes Teixeira Lopes, Wellington Mendonça de Amorim e Miriam Heidmann, por todas as contribuições, sugestões e atenção.

À Prof Dra Maria da Luz Barbosa Gomes, responsável pela minha iniciação na pesquisa histórica, por sua solicitude e atenção permanente.

Às minhas melhores amigas, Vanessa Almeida Schardt, Gabriela Calmon e Alessandra Liemi, mesmo distantes, pelo apoio e incentivo.

Às minhas amigas enfermeiras Ariane Ronchi, Débora Caliman Alves, Ramony Felipini, Soraya Conrado e Tamara David Fontana, pelas energias positivas.

Ao Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras), pelas oportunidades de desenvolvimento da pesquisa. A todos os membros, professores, alunos de pós-graduação e bolsistas, cujas opiniões e avaliações enriqueceram a discussão e versão final da Dissertação de Mestrado.

À minha companheira de Mestrado Laís de Araújo Pereira, sempre presente no desenvolvimento desta pesquisa, pela ajuda, paciência e carinho.

Aos funcionários da EEAN, em especial à Lúcia Rodrigues e Filipe Ferreira, da Biblioteca Setorial, pelo auxílio incansável em minhas consultas à biblioteca.

Aos funcionários do Centro de Memória da ABEn em Brasília, pelo acolhimento e auxílio na busca das fontes primárias para o estudo, em especial ao arquivista Rafael Scardini.

## RESUMO

### **O Processo de Organização do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (1954-1958)**

Daniela Vieira Malta

Orientadora: Tânia Cristina Franco Santos

Estudo histórico-social, que tomou como objeto o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, pela Associação Brasileira de Enfermagem. O recorte temporal compreende o período de 1954 a 1958; o marco inicial corresponde ao ano de realização do VII Congresso Nacional de Enfermagem que recomendou a necessidade de um levantamento para avaliar a enfermagem no Brasil e o marco final vincula-se a três importantes acontecimentos: a) o Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem; b) a apresentação dos principais resultados do Levantamento, pela Comissão Técnica do Centro de Levantamentos, durante o XI Congresso Brasileiro de Enfermagem e c) o Relatório Final, apresentado ao Conselho Diretor do Centro de Levantamentos, com 46 recomendações. Nesse contexto, os objetivos da Dissertação foram: a) descrever as circunstâncias que estimularam a Associação Brasileira de Enfermagem a realizar o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil e b) analisar as estratégias das enfermeiras para realizar o Levantamento. Para fundamentação teórica, recorreu-se ao pensamento do sociólogo Pierre Bourdieu, especificamente, aos conceitos de *habitus*, campo, poder e capital (simbólico, científico, social e cultural). As fontes primárias abarcaram documentos escritos e iconográficos, localizados no acervo do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CEDOC EEAN/UFRJ), no Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem, na Biblioteca Setorial da Pós-Graduação da Escola de Enfermagem Anna Nery. As fontes secundárias abrangeram artigos, livros, teses e dissertações sobre a Universidade Brasileira, história da Enfermagem Brasileira, em especial, sobre a trajetória da Associação Brasileira de Enfermagem. Os principais resultados indicam que, durante o VII CBEEn, a Associação Brasileira de Enfermagem assumiu publicamente o compromisso de realizar o Levantamento de Recursos e Necessidades da Enfermagem brasileira. A partir daí, a Associação deu início às estratégias para viabilizar o trabalho, fazendo uso de seu poder simbólico, capitalizado durante os quase 30 anos de existência, para dar credibilidade à pesquisa. Com essa estratégia, conseguiu financiamento da Fundação Rockefeller, assessoria técnica da Organização Mundial de Saúde, além do apoio de outras importantes instituições. Através do Levantamento, a Associação alcançou visibilidade e reconhecimento a um discurso autorizado, baseado em dados concretos, para lutar a favor do desenvolvimento da enfermagem no Brasil. O Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem representa legado para história da enfermagem brasileira, ao marcar o início da pesquisa científica de enfermagem no país e explicita capacidade das enfermeiras de levar a efeito estudo tão intenso, alicerçado em dados concretos que deram suporte ao diagnóstico da enfermagem brasileira.



## ABSTRACT

### **The process of organization the survey of nursing resources and needs in Brazil (1954-1958)**

Daniela Vieira Malta

Advisor: Tânia Cristina Franco Santos

It is social-historical nature study, which took as its object the resource Survey and Nursing Needs in Brazil, by the Brazilian Association of Nursing. The timeframe comprises the period from 1954 to 1958; the first milestone corresponds to year of implementation of the VII National Congress of Nursing who recommended the need for a survey to evaluate the nursing in Brazil and marco end binds the three important events: the International Educational seminar) surveys nursing; b) the presentation of the main results of the survey, by the Technical Committee of the Centre of Withdrawals during the XI Brazilian Congress of nursing and c) the Final report, submitted to the Council Director of surveys, with 46 recommendations. In this context, the objectives of the Thesis are: a) describe the circumstances that encouraged the Brazilian Association of Nursing to fundraising and nursing Needs. b) the presentation of the main results of the survey, by the Technical Committee of the Centre of Withdrawals during the XI Brazilian Congress of nursing and c) the Final report, submitted to the Council Director of surveys, with 46 recommendations. In this context, the objectives of the Thesis are: a) describe the circumstances that encouraged the Brazilian Association of Nursing to conduct a survey of nursing Needs and Resources in Brazil and b) analyze the strategies of nurses to conduct the Survey. For theoretical foundation, appealed to the thought of the French sociologist Pierre Bourdieu, specifically, to the concepts of habitus, field, power and capital (symbolic, scientific, social and cultural). The primary sources documents written and iconographic, meanwhile, are located in the collection of the center of documentation of the Anna Nery, nursing school of the Federal University of Rio de Janeiro (CEDOC EEAN/UFRJ), in the Centre of Memory of the Brazilian Association of nursing, in the Sector of Library graduate school of nursing Anna Nery. Secondary sources have covered articles, books, theses and dissertations on the Brazilian University, history of Brazilian nursing, in particular, about the trajectory of the Brazilian Association of nursing. The main results indicate that, during the VII CBEn, the Brazilian Association of Nursing took the commitment to carry out the public fundraising and nursing Needs. From there, the Association initiated strategies to make work, making use of its symbolic power, capitalized during the almost 30 years of existence, to lend credibility to the survey. With this strategy, financing of the Rockefeller Foundation, technical advice from the World Health Organization, through the Pan American Sanitary Bureau, in addition to the support of other important institutions. On the other hand, through the survey, the Association has achieved visibility and recognition to a speech authorised, based on concrete data, to fight for the development of nursing in Brazil. The fundraising and nursing Needs for nursing history legacy represents the Brazilian, to mark the beginning of nursing scientific research in the country and explicit ability of nurses to carry out study so intense, based on concrete data to support that gave Brazilian nursing diagnosis.

## RESUMEN

### **Processus de l'organisation enquête sur les ressources et les besoins de soins infirmiers au Brésil: 1954-1958**

Daniela Vieira Malta

Líder: Tânia Cristina Franco Santos

Es estudio de naturaleza social-histórico, que tuvo por objeto necesita el recurso encuesta y enfermería en Brasil, por la Asociación Brasileña de la enfermería. El plazo abarca el período comprendido entre 1954 y 1958, el primer hito corresponde al año de aplicación de la VII nacional Congreso de enfermería que recomienda la necesidad de un estudio evaluar la enfermería en Brasil y marco extremo une a los tres eventos importantes: el seminario internacional para la educación) estudios de enfermería; b) la presentación de los principales resultados de la encuesta, por el Comité técnico del centro de retiros durante el XI Congreso brasileño de enfermería y c) el informe Final, presentado al Consejo Director de encuestas, con 46 recomendaciones. En este contexto, los objetivos de la tesis son: a) describen las circunstancias que alentó a la Asociación Brasileña de enfermería para llevar a cabo una encuesta de necesidades y recursos en Brasil de enfermería y b) analizar las estrategias de las enfermeras para llevar a cabo la encuesta. Para la fundamentación teórica, apeló al pensamiento del sociólogo francés Pierre Bourdieu, específicamente, a los conceptos de habitus, campo, energía y capital (simbólico, científico, social y cultural). Mientras tanto, los documentos de fuentes primarias escritos e iconográficos, se encuentran en la colección del centro de documentación de la Anna Nery, de la Universidad Federal de Rio de Janeiro (CEDOC EEAN/UFRJ), la escuela de enfermería en el centro de la memoria de la Asociación Brasileña de la enfermería, en la escuela de posgrado de Sector de biblioteca de enfermería Anna Nery. Fuentes secundarias han cubierto artículos, libros, tesis y disertaciones en la Universidad brasileña, historia de la enfermería brasileña, en particular, sobre la trayectoria de la Asociación Brasileña de la enfermería. Los principales resultados indican que, durante la VII CBEn, la Asociación Brasileña de enfermería tomó el compromiso de llevar a cabo la recaudación de fondos público y las necesidades de enfermería. A partir de ahí, la asociación iniciado estrategias para hacer trabajo, haciendo uso de su poder simbólico, capitalizados durante casi 30 años de existencia, para dar credibilidad a la encuesta. Con esta estrategia, financiación de la Fundación Rockefeller, asesoramiento técnico de la Organización Mundial de la salud, a través de la Oficina Sanitaria Panamericana, además con el apoyo de otras instituciones importantes. Entre las dificultades de enfermeras durante la encuesta, destaca la falta de experiencia previa en este tipo de estudio, lo que impidió el cálculo exacto del presupuesto, haciendo que los recursos financieros proporcionados por la Fundación Rockefeller terminó antes de lo planeado. Por otro lado, a través de la encuesta, la Asociación ha logrado visibilidad y reconocimiento a un discurso autorizado, basado en datos concretos, para luchar por el desarrollo de la enfermería en Brasil. La recaudación de fondos y las necesidades para la historia de la enfermería heredado de enfermería representa el brasileño, para marcar el comienzo de la investigación científica de enfermería en el país y capacidad explícita de enfermeras para llevar a cabo tan intensa, estudio basado en datos concretos para apoyar que el diagnóstico de enfermería em Brasil.

## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

ABED – Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas

ABEn – Associação Brasileira de Enfermagem

CAPES - Comissão Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBEn – Congresso Brasileiro de Enfermagem

CEDOC – Centro de Documentação

CICIAMS - International Catholic Committee of Nurses and Medico-Social Assistants

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COFEn – Conselho Federal de Enfermagem

EEAN – Escola de Enfermagem Anna Nery

EUA – Estados Unidos da América

HESFA – Hospital Escola São Francisco de Assis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICN – Conselho Internacional de Enfermeiras

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MES – Ministério da Educação e Saúde

MS – Ministério da Saúde

MT – Ministério do Trabalho

NUPHEBRAS – Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira

OMS – Organização Mundial da Saúde

REBEn – Revista Brasileira de Enfermagem

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade São Paulo

## LISTA DE FAC-SÍMILES

<b>Fac-símile</b>	<b>Título</b>	<b>Páginas</b>
<b>Nº 1</b>	<b>Levantamento de Necessidades e Recursos de Enfermagem no Brasil</b>	<b>68</b>
<b>Nº 2</b>	<b>A mesa que presidiu a instalação do Centro de Levantamentos</b>	<b>76</b>
<b>Nº 3</b>	<b>Flagrante da visita do Dr. M. Gomes Candau ao Centro de Levantamentos</b>	<b>89</b>
<b>Nº 4</b>	<b>Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem</b>	<b>92</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadros</b>	<b>Título</b>	<b>Páginas</b>
<b>Nº 1</b>	<b>Fac-símiles</b>	<b>33</b>
<b>Nº 2</b>	<b>Membros do Conselho Diretor do Centro de Levantamentos</b>	<b>62</b>
<b>Nº 3</b>	<b>Organograma do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil</b>	<b>72</b>

## SUMÁRIO

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

- O Objeto e o Problema.....18
- Recorte Temporal.....18
- Objetivos.....25
- Justificativa e Contribuição do Estudo.....25

### ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

- Abordagem Teórica.....29
- Metodologia do Estudo.....31
- Estrutura da Dissertação.....35

### CAPÍTULO I

#### **O Contexto do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil**

- 1.1 Contexto Histórico Social do Brasil e da enfermagem Brasileira na Década de 1950.....37
- 1.2 As Primeiras Iniciativas da Associação Brasileira de Enfermagem.....47
- 1.3 O VII Congresso Brasileiro de Enfermagem e o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil.....52
- 1.4 A Busca pela Viabilização do Projeto.....55

### CAPÍTULO II

#### **Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil: estratégias para realização**

2.1 Providências Preliminares da Associação Brasileira de Enfermagem em prol da realização do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil...60

2.2 A Formação dos Conselhos e das Comissões.....70

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....99**

## **REFERÊNCIAS**

- Fontes Primárias.....105
- Fontes Secundárias.....108

## **ANEXOS E APÊNDICES**

- Anexo 1.....112
- Anexo 2.....115
- Anexo 3.....116
- Apêndice 1.....120
- Apêndice 2.....121
- Apêndice 3.....122

**CONSIDERAÇÕES**

**INICIAIS**



- **O Objeto e o problema**

O estudo tem como objeto as estratégias da Associação Brasileira de Enfermagem<sup>1</sup> (ABEn) para realizar o Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil.

O recorte temporal é o período de 1954 a 1958: o marco inicial corresponde ao VII Congresso Nacional de Enfermagem<sup>2</sup> realizado na cidade de São Paulo, nos dias 17 a 21 de agosto de 1954, que , entre outras recomendações, sublinhou a necessidade de um levantamento, para avaliar a situação da enfermagem no Brasil.

O marco final está relacionado a três importantes acontecimentos ocorridos no ano de 1958: o Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem, promovido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) nos dias 06 a 15 de julho em Salvador; a apresentação dos principais resultados do Levantamento, pela Comissão Técnica do Centro de Levantamentos, durante o XI Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn), realizado no período de 14 a 17 de outubro em São Paulo e, inclusive, a entrega do Relatório Final da Pesquisa no dia 30 de outubro do mesmo ano, ao Conselho Diretor do Centro de Levantamentos, com 46 recomendações.

A ABEn, entidade responsável pelo Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, foi, até 1973, ano de criação do Conselho Federal de Enfermagem (COFEn) através da Lei 5.905, a única entidade responsável pelo arcabouço jurídico e profissional da enfermagem brasileira.

---

<sup>1</sup> Inicialmente denominada Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANED) (1926), em 1944 passou para denominação de Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) e em 1954 passou a ter sua denominação atual. Nesse estudo é utilizada a denominação vigente: Associação Brasileira de Enfermagem

<sup>2</sup> O primeiro Congresso Nacional de Enfermagem ocorreu em março de 1947, em 1955 passou a ser chamado de Congresso Brasileiro de Enfermagem, denominação que permanece até os dias de hoje. Nesse estudo, utiliza-se o nome Congresso Brasileiro de Enfermagem independente do ano que se refere.

Criada em 12 de agosto de agosto de 1926, por um grupo de enfermeiras, ex-alunas da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), no intuito de concretizar a ideia de que, para a profissão progredir, precisava de uma associação e uma revista (CARVALHO, 1976). Durante décadas, os objetivos que nortearam os trabalhos da ABEn foram: lutar pelo desenvolvimento da enfermagem no Brasil; apropriar-se do campo de conhecimento da enfermagem pelo enfermeiro; e fortalecer um espírito de corpo, privilegiando o “status” social e cultural, característica de um período em que a enfermagem profissional se instalava no país, conforme o modelo “nightingaleano”<sup>3</sup> (BARRETO; OLIVEIRA; LIMA, 1997).

Desde então, a ABEn constitui-se talvez no maior patrimônio da enfermagem brasileira, postando-se à frente de todos importantes acontecimentos e lutas que marcaram a profissão (PADILHA; BORESTEIN, 2005). Nesses anos, a Associação construiu significativo patrimônio histórico, cultural e político. No que interessa a esse estudo, é pertinente sublinhar a Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn) e o CBEn.

A REBEn, lançada em 20 de maio de 1932, com a denominação de Annaes de Enfermagem, foi até 1967, data da criação da Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP), o único veículo nacional de socialização da produção intelectual da enfermagem. Representando o primeiro espaço no cenário brasileiro em que as enfermeiras veicularam seus conhecimentos, com vistas ao estabelecimento de uma comunidade científica de enfermagem, e a estruturação de seu campo científico (SANTOS; GOMES, 2007).

---

<sup>3</sup> No início do século XIX, a enfermagem adotou o paradigma cientificista na tentativa de superar a concepção mágico-religiosa vigente até então. Nesse período, surgiu no campo da enfermagem, Florence Nightingale, que sistematizou um campo de conhecimentos, instituindo "uma nova arte e nova ciência" para a qual era preciso uma educação formal, organizada com bases científicas, surgindo o modelo “nightingaleano” representando o marco inaugural da enfermagem moderna, instituindo a hierarquização do trabalho, gerando, com isso, a dicotomia entre trabalho manual (fazer) e trabalho intelectual (saber) na profissão (DAHER; ESPÍRITO SANTO; ESCUDEIRO, 2002)

No que tange à relação da Revista com o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, cumpre destacar que a REBEn foi o principal veículo de divulgação dessa importante investigação. Os editoriais e a seção de Notícias e Comentários da Revista divulgavam periodicamente o andamento da Pesquisa, bem como sua repercussão na mídia nacional e internacional e nos eventos ligados à enfermagem.

No que diz respeito ao CBEn, O primeiro ocorreu em 1947 na cidade de São Paulo e se tornou atividade regular da ABEn, realizado anualmente em sistema de rodízio, em alguma cidade do país até hoje. As únicas lacunas ocorreram em 1953, quando a ABEn hospedou o X Congresso Quadrienal do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN) em Petrópolis e, em 1961, quando teve lugar, no Rio de Janeiro, o Congresso do Comitê Internacional Católico de Enfermeiros e Assistentes Médicos Sociais (CICIAMS).

Conforme análise de Mancina et al (2009), os CBEn's representam espaços políticos privilegiados, pois reúnem profissionais de todo o país que discutem o tema do evento, sempre relacionado ao contexto da profissão. Esses encontros possibilitam intercâmbio técnico, político e cultural entre os profissionais, dificilmente viável em outro cenário. Cumpre ressaltar que suas recomendações se concretizam em inúmeras realizações da enfermagem brasileira.

O CBEn é reputado como uma das realizações mais importantes da ABEn, porque constitui a fonte de inspiração do desenvolvimento da enfermagem como profissão, e dos enfermeiros como cidadãos úteis à sociedade (CARVALHO, 1976).

Foi durante o VII CBEn, em 1954, em São Paulo, que se discutiu a necessidade de realizar um estudo das necessidades de enfermagem no Brasil. A partir desse

congresso, a ABEn passou a buscar recursos financeiros e humanos, com vistas à concretização da pesquisa.

A justificativa da ABEn para realizar um trabalho de âmbito nacional como o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil teve apoio em vários argumentos, entre os quais se destacam: a vontade de atender aos vários pedidos de informação direcionados à Associação, no sentido de conhecer o número exato de enfermeiros existentes; e a necessidade de se conhecer melhor a situação da enfermagem nos seus diferentes aspectos, de forma a dispor de informações que possibilitassem recomendar medidas para corrigir as deficiências quantitativas e qualitativas do campo da enfermagem (ALVIM, 1964, p.301).

No que diz respeito ao processo de formação dos enfermeiros, vale recordar que as décadas de 1940 e 1950 representaram um período turbulento na enfermagem brasileira. Até o final da década de 1940, todas as escolas de enfermagem conseguiram formar apenas 1211 enfermeiras o que, obviamente, não atendia aos requisitos de assistência à saúde da sociedade brasileira, nem no âmbito da saúde pública, nem na área hospitalar, que começava a intensificar-se no Brasil (ALMEIDA FILHO, 2004).

Essa realidade colocava em questão a capacidade de as escolas de enfermagem formarem mão de obra qualificada para atender os serviços de saúde em todo território nacional. Cabe acrescentar que o número total de enfermeiras não considerou apenas as escolas de enfermagem que adotavam o modelo “nightingaleano”. Se assim fosse, o total de enfermeiras ficaria reduzido a 373 (ALMEIDA FILHO, 2004).

No bojo do problema do ensino de enfermagem e do reduzido número de enfermeiras formadas no país, vale destacar a Lei 775/49 (Anexo 1), promulgada em 06 de agosto para regulamentar o ensino da enfermagem brasileira, a qual passou a ser

avaliada como entrave para expansão de escolas de enfermagem no país. Estabeleceu, no artigo quinto, a exigência de curso secundário completo ou equivalente, como pré-requisito para o ingresso no curso de enfermagem. Entretanto, por ser um período de transição, permitiu-se que as escolas aceitassem candidatos que tivessem apenas o certificado do curso ginásial ou equivalente, até 1956 (FONTE, 2009).

Pinheiro (1959) concluiu que, antes da promulgação da Lei 775/1949, o número anual de enfermeiras formadas era extremamente reduzido. Em 1956, quando o prazo de sete anos para cumprimento da exigência de curso secundário completo para o ingresso no curso de enfermagem se esgotaria, as educadoras de enfermagem estavam apreensivas, temendo diminuir ainda mais o número de candidatas, já tão escasso. Esse temor fez com que uma nova Lei (2.995/1956) permitisse a prorrogação do prazo por mais cinco anos.

Entretanto, as dirigentes da ABEn tinham consciência de que, em cinco anos, a situação da enfermagem seria a mesma e temiam que, em 1961, houvesse novo adiamento, destruindo a esperança de se dar ao Brasil enfermeiras de melhor escolaridade, ao nível dos demais profissionais liberais. O excerto abaixo dá suporte a essa preocupação:

O problema da enfermagem no Brasil é um problema social. Talvez porque a enfermagem exige o trabalho das mãos, não se dá crédito de profissão que também utiliza o trabalho do cérebro. É frequente ouvirmos críticas acerbas por desejarmos para enfermeira um curso universitário; mesmo os nossos melhores amigos, aqueles que mais apoiam a enfermagem, nos acham exageradas quando falamos da necessidade de dar a essas profissionais sólida cultura básica. (PINHEIRO, 1959, p. 5).

As lideranças da ABEn precisavam traçar um novo rumo para enfermagem, apoiado previamente em um plano de ação, que para alicerçar-se em bases concretas, precisava conhecer objetivamente: o tipo de pessoal de enfermagem necessário; o tipo

de preparo exigido para que os profissionais pudessem exercer com eficiência as suas funções; quantos profissionais poderiam ser absorvidos no futuro próximo; os recursos para o preparo desse pessoal; e a razão da atitude indiferente da sociedade para com a enfermagem e como vencer essa atitude (PINHEIRO, 1959).

Se a Associação pudesse obter tais dados, não só teria a base para o indispensável plano, como argumentos para lutar em prol da profissão com os legisladores, governantes, pessoas autorizadas e as próprias enfermeiras. Tais ponderações culminaram na ideia de se fazer um estudo, acurado, intenso e cuidadoso sobre a situação da enfermagem brasileira.

Em suma, a ABEn tinha como meta, através da realização de um estudo baseado em dados concretos, conhecer o quantitativo de enfermeiros que o Brasil realmente necessitava para ocupar os postos de trabalho, além de investigar as funções que deveriam ser exercidas pelo pessoal de enfermagem e os conhecimentos teórico-práticos indispensáveis ao exercício eficiente dessas funções (ABEn, 1955). A motivação para realização do Levantamento baseou-se no desconhecimento do contingente de enfermagem no Brasil.

A elaboração propriamente dita do estudo teve início em 1955 e os dados foram coletados partir de 1956. Como ressaltado, o Relatório Final do Levantamento foi entregue ao Conselho Diretor do Levantamento, em 30 de outubro de 1958.

Colaboraram com a redação do Relatório Final as enfermeiras Maria Lourdes Verderese, Olga Verderese e Haydée Guanais Dourado. Foram registrados nesse Relatório 46 recomendações dirigidas ao Ministério de Educação, ao Ministério da Saúde, às Universidades e legisladores, aos Serviços de Enfermagem em Unidades Sanitárias e Hospitalares, à Conferência dos Religiosos do Brasil, às instituições que

mantinham escolas de enfermagem, as Escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e à própria ABEn (ABEn, 2004).

Desde o VII CBEn, quando a ABEn comprometeu-se publicamente a realizar o Levantamento, até a entrega do Relatório Final da pesquisa em 1958, as enfermeiras, convidadas pelas ABEn para realizar o Levantamento, tiveram que desenvolver estratégias para viabilizar e concluir essa pesquisa. Os principais impasses enfrentados por elas foram: a falta de experiência prática nesse tipo de estudo e a falta de recurso financeiro para custear a pesquisa.

Cumprir notar que a realização do diagnóstico da situação da enfermagem no país constituiu-se na primeira pesquisa com grandes números realizada por enfermeiras, cujo âmbito e complexidade a caracterizaram como trabalho de grande envergadura que evidenciou a capacidade das enfermeiras brasileiras no sentido de desenvolver um projeto de grande monta (BATISTA; BARREIRA, 2006).

Um estudo de tal porte, realizado em condições excepcionais, marcou pela significância a história da enfermagem brasileira, não só na época em que foi feito, como nos desdobramentos posteriores. O protagonismo da ABEn nesse trabalho ratifica sua importância para o desenvolvimento da profissão.

- **Objetivos**

Com intuito de nortear o estudo foram elaborados os seguintes objetivos:

1. Descrever as circunstâncias que determinaram a necessidade de a ABEn realizar o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil;
2. Analisar as estratégias das enfermeiras envolvidas no projeto para realizar o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil.

- **Justificativa e contribuição do estudo**

O presente estudo está inserido na linha de pesquisa “A Enfermagem e os regimes ditatoriais do século XX” desenvolvido pelo grupo de pesquisa cadastrado no Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq), denominado “História da Enfermagem nas Instituições Brasileiras no Século XX” liderado pela Professora Doutora Tânia Cristina Franco Santos. Espera-se que o mesmo contribua para o enriquecimento da produção científica do grupo e para o Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem (NUPHEBRAS) da EEAN/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A investigação se justifica, por sua contribuição à história da enfermagem brasileira e ao avanço do conhecimento sobre o tema, sob a premissa de que o referido Levantamento representou um marco da pesquisa em enfermagem no Brasil, consagrando uma “geração das autodidatas” (BRANDÃO, 1999), pelo fato de terem sido precursoras de estudos científicos na área da enfermagem, com grandes números. Não obstante a importância do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, os estudos históricos publicados recentemente fazem poucas



menções a essa iniciativa, cuja divulgação foi prejudicada à época da conclusão, devido ao número restrito de exemplares do Relatório Final (SECAF; SANA, 2003).

Ademais, ao realizar pesquisa do estado da arte do presente estudo, identificaram-se as três produções sobre o Levantamento de Recursos e Necessidade de Enfermagem no Brasil: uma tese de doutorado, defendida em 1999, intitulada: “A Formação do Campo Científico de Enfermagem no Brasil: Sociologia da Geração de Pesquisadoras Pioneiras 1935-1958”; um artigo publicado na REBEn, em 2003, intitulado “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil - um documento da década de 50 do século XX”. E, mais recentemente, uma dissertação de mestrado, defendida em 2011, intitulada: “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil: da pesquisa ao livro (1956-1980)”.

A tese defendida em 1999 foi localizada na biblioteca setorial da EEAN; o artigo publicado na REBEn em 2003 foi localizado na base de dados LILACS e, por fim, a dissertação defendida em 2011, foi localizada mediante busca no Google acadêmico utilizando as palavras “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”.

De acordo com Brandão (1999), o Levantamento de Recursos e Necessidade de enfermagem no Brasil constituiu-se em marco da pesquisa em enfermagem no Brasil, proporcionado o reconhecimento social da categoria e permitindo aos enfermeiros enunciar um discurso autorizado sobre a profissão.

Secaf e Sanna (2003), autoras do artigo supramencionado, tecem considerações sobre a importância do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil para a realização de estudos históricos. Nas considerações finais, as autoras

fazem referencia aos poucos estudos sobre o Levantamento, ressaltando que, mesmo à época da publicação, o número de exemplares do relatório final do mesmo foi restrito.

Freire (2011), autora da dissertação de mestrado referida, desenvolveu seu estudo na perspectiva de “História do Livro” apoiado nos conceitos aplicados por André Belo e Roger Chartier. O estudo analisa as condições de desenvolvimento, organização, desdobramento, publicação e estética do livro “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, editado pela ABEn, em 1980.

A presente dissertação representa avanço em relação ao conhecimento produzido sobre o tema, uma vez que traz a lume as estratégias das enfermeiras para realizar o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil. Espera-se que o estudo contribua para o reconhecimento de uma parte da história da profissão, uma vez que o conhecimento de um passado comum é importante para a identificação e preservação dos diversos grupos sociais.

# **Abordagem Teórico- Metodológica**

A análise e interpretação dos dados tiveram como referência os conceitos de *habitus* e campo, categorias centrais da Teoria do Mundo Social de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1996). Os conceitos de poder e capital simbólico também subsidiaram a análise. Na Teoria do Mundo Social, Bourdieu analisa a configuração e a origem dos diferentes espaços sociais, as hierarquias e as lutas simbólicas entre os agentes no interior desse espaço.

Nessa perspectiva, o conceito de *habitus* pode ser entendido como um conhecimento adquirido, uma disposição incorporada, duradoura e transferível, resultante de longo processo de aprendizado, produto do contato com as diversas estruturas sociais (BOURDIEU, 1996). Para o autor em tela, existem dois tipos de *habitus*: primário e o adquirido. O primeiro é estruturado pelas primeiras experiências vividas na família e o segundo é desenvolvido em consequência da inserção do agente em outros espaços sociais, o que resulta da percepção, apreciação e ação realizadas em determinadas condições sociais (BOURDIEU, 1989).

Para efeito deste estudo, tomou-se como referência o conceito de *habitus* adquirido, estreitamente relacionado ao acúmulo, pelo agente, dos diversos tipos de capital em sua trajetória social. Sendo assim, as prestigiosas enfermeiras envolvidas na realização do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil tiveram seu conhecimento reconhecido por serem dotadas de capital simbólico (prestígio) no campo da educação em enfermagem. Esse capital determinou sua participação no Levantamento, o que contribuiu para a atualização desse capital, através dos lucros simbólicos advindos da importância do Levantamento para a enfermagem brasileira.

Cumprir notar que o capital simbólico é propriedade de qualquer tipo de capital (científico, econômico, cultural e social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. Trata-se da forma que todo tipo de capital assume, quando é percebido como produto de incorporação das divisões ou das posições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital (BOURDIEU, 1996).

O conceito de campo refere-se a um espaço multidimensional, onde são estabelecidas relações nas quais as posições dos agentes determinam a forma das interações (BOUDIEU, 1989). Sob esse enfoque, a posição ocupada no espaço social; isto é, na estrutura da distribuição de diferentes tipos de capital, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição, nas lutas para conservar ou transformar as posições nesse espaço. A posição ocupada depende do volume global do capital possuído e também da estrutura desse capital; isto é, do peso relativo dos diferentes tipos de capital no campo em questão (BOURDIEU, 1996).

No presente estudo, o campo é representado pela ABEn, sendo que o volume e o peso do capital simbólico das enfermeiras envolvidas com o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil foram considerados na análise das condições de obtenção do apoio de importantes instituições nacionais e internacionais.

Retomando a questão das enfermeiras que fizeram parte da elaboração do Levantamento, o entendimento do conceito de capital social foi útil à compreensão da importância do engajamento dessas na ABEn. Cabe sublinhar que o capital social envolve o conjunto de recursos atuais ou potenciais, ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de

agentes não somente dotados de propriedades comuns, mas também unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998).

- **Metodologia do Estudo**

O presente estudo é classificado como pesquisa de cunho histórico-social, a qual abrange investigações de grupos humanos no seu espaço temporal, no intuito de identificar e discutir os variados aspectos do cotidiano das diferentes classes e grupos, para lançar luzes sobre o passado e assim clarear o presente, inclusive adiantando a percepção de algumas questões futuras (PADILHA; BORENSTEIN, 2005, p.577).

A seleção das fontes primárias para o estudo foi feita em dois momentos distintos: o primeiro correspondeu à coleta de dados no Centro de Documentação da EEAN, no período entre março a agosto de 2011. Neste Centro foram localizados, no arquivo intitulado “Criação de Fontes da História da Enfermagem”, duas entrevistas transcritas de Maria Rosa Sousa Pinheiro e Haydée Guanais Dourado, concedidas a Vitória Secaf e Raquel Rapone Gardizinsk, em 16 de maio de 1988, na cidade de São Paulo. Também foram localizados e selecionados os exemplares da REBEn referentes ao período em estudo, além de cronogramas e Anais dos CBEn pertinentes ao recorte temporal do estudo (1954 a 1958), incluindo relatórios, atas, discursos, boletins e publicações alusivas à enfermagem brasileira na década de 1950.

O segundo momento foi realizado no início de junho de 2011, no Centro de Memória da ABEn em Brasília, onde por três dias consecutivos, foram selecionados documentos arquivados nas caixas das diretorias da ABEn referentes ao período de 1954 a 1958. Também foram localizados nesse centro o livro Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, editado pela ABEn, no ano de 1980; os Anais do Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de

Enfermagem, de 1958; e o livro de atas das Reuniões do Conselho Diretor do Levantamento. Nessa etapa de coleta de dados, contou-se com o apoio da mestranda da EEAN, Laís de Araújo Pereira e do arquivista do Centro de Memória da ABEn, Rafael Scardini.

Os livros “Documentário de Anayde Corrêa de Cavalho (1976)”; “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, editados pela ABEn em 1976 e 1980 respectivamente; e os “Anais do Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem” foram considerados como fontes primárias.

A seleção das fontes secundárias, constituídas de artigos, livros, dissertações e teses foram obtidas através de um levantamento bibliográfico na Biblioteca Setorial da EEAN; na biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ; na base de dados online da UFRJ MINERVA e na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) onde se encontra a base de dados LILACS. Também foram obtidas importantes referências bibliográficas através de indicações de professores das disciplinas do curso e pesquisadores, no âmbito do Seminário Permanente do NUPHEBRAS. De um modo geral, essas fontes versaram sobre História do Brasil, História da Enfermagem Brasileira, com destaque para a ABEn.

Para a análise dos achados, adotou-se um roteiro de análise documental (Apêndice 1) adaptado da proposta de Sauthier (2000), em que a autora ensina a indagar o que o documento tem a nos dizer e a enxergar aquilo que ele oculta para revelar o que lhe está subjacente no que se refere ao objeto de estudo.

Do ponto de vista metodológico, foi assim que se procedeu ao apreender o material analisado, buscando-se encontrar, para além da palavra grafada, as intenções dos sujeitos que as manifestaram e dos que as registraram.

Também constituíram o corpus documental do estudo, quatro fac símiles (reprodução exata de edição original, incluindo fontes de letras, escala, ilustrações, diagramação e paginação), os quais reproduzem fotografias localizadas na “Seção Notícias e Comentários” da REBEn relativas à temática do estudo. A esse respeito, foram encontradas um total de seis fotografias, sendo excluídas duas que não se referiam ao objeto de estudo e sim ao projeto de Lei nº 3.082 de 1957 que reformava o ensino da enfermagem.

### **Quadro nº 1**

#### **Fac símiles**

<b>Ano</b>	<b>Mês</b>	<b>Número</b>	<b>Página</b>
IX, 1956	Março	01	45
IX, 1956	Dezembro	04	295
X, 1957	Setembro	03	296
XI, 1958	Setembro	03	298

Localização: Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn)

Para a análise dos fac-símiles; ou seja, das fotografias publicadas nas referidas revistas foi utilizado o instrumento proposto por Santos e Barreira (1999) (Apêndice 2) que inclui: a descrição pré-iconográfica (primeira etapa) que correspondeu a uma significação primária dos elementos contidos no plano de expressão da fotografia (tamanho, formato, suporte, disposição dos planos), além dos elementos de significação expressiva, ou seja, elementos contidos no plano de conteúdo (pessoas, objetos, tema da foto, posturas, interações).

Em seguida, realizou-se a análise iconográfica (segunda etapa), que consistiu na descrição dos elementos (cenário, pessoas, artefatos) expressados no espaço fotográfico. A terceira etapa, denominada análise iconológica, se processou mediante o estudo da



significação extrínseca ao conteúdo da foto, ou seja, as relações que explicam a eleição e apresentação do motivo fotográfico.

- **Análise do corpus documental**

Após o levantamento dos dados, como preconiza o método histórico, foi realizada a avaliação crítica dos documentos coletados. O processo de validação de fontes recebe a designação de crítica externa e crítica interna, sendo que a primeira indaga a autenticidade do documento histórico. Nesse intento, considera sua autoria, procedência, e natureza. Por meio da crítica interna, busca-se apreender o conteúdo, o significado e a veracidade do documento.

Dispondo do material selecionado a partir da localização e seleção dos documentos escritos e iconográficos citados acima, procedeu-se à ordenação, classificação e contextualização dos achados. A partir daí, realizou-se a triangulação de fontes primárias (escrita e iconográfica) e secundárias. Nessa etapa de análise dos dados, o conjunto de fatos políticos, sociais e sanitários foi considerado para a interpretação dos dados históricos, de modo a permitir a exposição histórica a partir da documentação selecionada, com o apoio dos conceitos teóricos adotados para o estudo.

Os aspectos éticos da pesquisa foram estritamente observados. Com esse cuidado, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da EEAN/HESFA/UFRJ, sendo aprovado na reunião ocorrida em 27 de setembro de 2011, sob protocolo nº 063/2011 (Anexo 2).

## **Estrutura da Dissertação**

Os resultados da pesquisa são apresentados em dois capítulos correspondentes aos objetivos, como se explicita a seguir:

### **Capítulo I – O Contexto do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil**

No capítulo primeiro, apresenta-se o contexto histórico-social do Brasil, bem como o panorama da enfermagem brasileira na década de 1950. Nessa intenção, foram descritos os acontecimentos que culminaram na realização do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, enfatizando o VII CBEEn, o qual consagrou publicamente a ideia de realização da pesquisa e, por fim, a busca pela viabilização do Levantamento.

### **Capítulo II – Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil: estratégias para realização.**

No capítulo segundo, analisam-se as providências preliminares para viabilização do Levantamento, focalizando a importância do Centro de Levantamentos, através da formação de Conselhos e Comissões. O texto enfatiza as estratégias utilizadas pelas enfermeiras com vistas à realização do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil.

# **Capítulo I**

## **O Contexto do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil**

## **1.1 Contexto Histórico Social da Enfermagem Brasileira na década de 1950**

O final da Segunda Guerra Mundial em 1945 impôs significativas mudanças ao cenário mundial. Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética engajaram-se na Guerra Fria e procuraram ampliar suas áreas de influência. Aos poucos, o estilo de vida e cultura dos norte-americanos penetrou em vários países do mundo ocidental.

Esse constituía um momento de grande prosperidade econômica dos EUA, evidente pelo aumento da produção e da capacidade de consumo. A indústria americana passou a produzir em massa objetos pessoais e domésticos: cada vez mais, chegavam às lojas, geladeiras, máquinas de lavar, barbeadores, televisores, rádios portáteis, automóveis e outros bens. Com baixo custo de fabricação, esses produtos podiam ser vendidos mais baratos e traziam a marca do prático, do eficiente e do moderno. Esse novo estilo de vida estava acompanhado de um sentimento de esperança e otimismo trazido pelo final da guerra e pelo conseqüente desejo de uma vida melhor.

O Brasil, nos anos 1950, época do governo Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961) vivenciava um período de euforia política e econômica. Foi implantada uma política econômica industrial voltada ao desenvolvimento e mudança do processo produtivo, com ênfase na substituição de importações.

No cenário da administração de Juscelino Kubitschek, foi proposto ao Brasil um Plano de Metas que permitiria ao país desenvolver cinquenta anos em cinco, quando Juscelino abriu as portas do Brasil ao capital estrangeiro, instalando indústrias com facilidades fiscais e mão- de- obra barata e abundante.

Não apenas a sociedade brasileira, mas todo o sistema internacional experimentou mudanças extraordinárias. Nova arrancada tecnológica ocorreu no interior de um processo de remanejamento das relações internacionais que permitia a certos países tipicamente "subdesenvolvidos", como o Brasil, alcançarem, dentro de certos limites e em determinados setores, um razoável padrão de modernização industrial. O governo de Juscelino Kubistchek, cujo lema era "50 anos em 5", tinha como finalidade, com o seu "Programa de Metas", modernizar o Brasil dotando-o de indústrias de base e de bens de consumo.

O crescente interesse pelo desenvolvimento do Brasil como consequência das mudanças decorrentes da Segunda Guerra Mundial, especialmente na década de 1950, levou economistas e políticos a dedicarem cada vez mais atenção à saúde, como fator de crescimento econômico. Nesse contexto, a saúde passou a ser considerada como investimento e instrumento de eliminação de pobreza (CAMPOS, 2006).

Para Lima e Pinto (2003, p.1045), a aceleração do processo de urbanização, a ampliação da massa trabalhadora, as precárias condições de higiene, saúde e habitação e o acúmulo de capital industrial fizeram com que a sociedade demandasse políticas sociais, capazes de enfrentar os problemas mencionados. O Estado deixou de tratar a questão social como assunto policial e, então, os problemas de saúde começaram a ser analisados como fatos políticos inseridos nas relações de poder.

Explicitando essa problemática, no pós Segunda Guerra Mundial, as conquistas científicas e tecnológicas, como o desenvolvimento de importantes antibióticos fomentaram um ambiente de "otimismo sanitário", animados pela crença de que a ciência e as novas tecnologias poderiam eliminar as doenças infecciosas, trazendo progresso (CAMPOS, 2006).

Nesse passo, os modelos de atenção à saúde, na década de 1950, ficaram caracterizados de forma dicotômica: por um lado, os serviços vinculados ao recém-criado Ministério da Saúde (MS) se organizaram por meio de ações da saúde pública e, em parte, da assistência hospitalar com caráter preventivo. Por outro lado, consolidava-se uma estrutura de assistência médica individual, de caráter curativo, amparada por uma rede de hospitais vinculados ao Ministério do Trabalho (MT) e também às instituições filantrópicas e à medicina privada (PORTO; AMORIM, 2010).

Em ambos os modelos, o hospital passou a ser um cenário não só de terapêuticas e curas, mas também lugar privilegiado para o consumo de produtos oriundos da indústria médica-farmacêutica, de negociações políticas e de desenvolvimento de práticas e saberes (PORTO; AMORIM, 2010).

Nesse cenário, a necessidade de formar enfermeiros para atender às exigências provocadas pelo crescimento da demanda hospitalar possivelmente resultou no incentivo à expansão das escolas de enfermagem no Brasil.

No que concerne à educação de ensino superior, vale ressaltar que, até o início da década de 1930, o sistema educacional superior era constituído por um conjunto de escolas isoladas, de cunho profissionalizante, sem investigação científica, atividade realizada nos institutos de pesquisa.

Até então, não havia sido criada no Brasil qualquer universidade institucionalizada. As manifestações sociais em defesa da criação de universidades capazes de abrigar a ciência e os cientistas e de promover a pesquisa já eram evidenciadas desde a década de 1920. Em 1932, foi lançado um Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por 26 educadores e escritores, os quais recomendavam, entre outras medidas, a criação de universidades capazes de integrar as

atividades de ensino e pesquisa. Entre os seus signatários encontrava-se Anísio Teixeira que, mais à frente, viria ter papel de destaque na criação da CAPES (MARTINS, 20003).

Essas propostas começaram a apresentar resultados em meados da década de 1930, quando foram criadas as primeiras universidades institucionalizadas no país: USP em 1934, a Universidade do Distrito Federal em 1935, extinta em 1939 e a Universidade do Brasil em 1937, atual UFRJ (MARTINS, 2003).

Porém, foi a partir da Segunda Guerra Mundial e consequente avanço das tecnologias bélica, aérea e farmacêutica que houve um despertar, não só no Brasil, mas de todos os países, para a importância da investigação científica principalmente em energia nuclear. A bomba atômica era a prova real e assustadora do poder que a ciência poderia atribuir ao homem, ficando claro como a pesquisa deveria passar a ser vista pelos governos, tornando-se alvo de investimentos para o desenvolvimento científico e tecnológico (ERDMANN; MENDES; LEITE, 2007).

No início da década de 1950, mais especificamente em 1951, houve um divisor de águas no processo de institucionalização da pesquisa em nosso país e incentivo através da criação CNPq e da CAPES. Essas relevantes instituições foram criadas a partir da convergência de interesses entre militares, técnicos do governo e a comunidade científica nacional. Os objetivos iniciais dessas instituições eram responder pelas atividades na área de energia nuclear e promover a capacitação científica e tecnológica nacional (MARTINS, 2003).

O CNPq é, desde sua criação, uma das maiores e mais sólidas estruturas públicas de apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação do país, cujos investimentos são direcionados para formação e aproveitamento de recursos humanos e financiamento de

projetos de pesquisa que contribuem para o aumento da produção do conhecimento e geração de novas oportunidades de crescimento para o país (MÉIS, 1996).

Por seu turno, a CAPES originou-se da formação de uma Comissão para promover a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, presidida pelo Ministro da Educação, Simões Filho e coordenada por Anísio Teixeira, durante 12 anos. Sua criação significou a iniciativa do Estado brasileiro de dispor de órgãos e instrumentos para regular diferentes aspectos da vida nacional e formular e executar políticas que lhe permitissem cumprir um projeto de industrialização intensiva no país (MARTINS, 2003).

O objetivo específico da CAPES era garantir a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados, que visavam ao desenvolvimento econômico e social do país (MARTINS, 2003).

No intuito de desenvolver o ensino de enfermagem nas instituições de ensino superior, a CAPES promoveu uma série de iniciativas que causaram grande impacto para a profissão: forneceu bolsa de estudos e enviou alunos para pós-graduação no exterior, estimulando a implantação futura dos cursos de pós-graduação em enfermagem. Como exemplo, basta recordar que, entre 1953 e 1959, o fluxo médio anual de estudantes de diferentes cursos que se deslocaram para o exterior girava em torno de 1200 universitários. No final dos anos 1950, estudantes e docentes estavam de volta ao Brasil e, nos anos subsequentes, assumiram a liderança intelectual e científica nas universidades (MÉIS, 1996).

Concomitante ao incentivo de abertura de novas escolas de enfermagem, no intuito de aumentar o número de enfermeiros para atender à demanda da época, a Lei nº



775-49 que tratava sobre o ensino da enfermagem no país e dava outras providências, mais especificamente o artigo quinto da citada Lei, que dispunha sobre os pré-requisitos para ingresso no curso de enfermagem, favoreceu a drástica transformação da enfermagem brasileira na década seguinte.

Num exemplo magnífico de participação social no processo legislativo, o anteprojeto que deu origem a essa Lei foi elaborado pelas enfermeiras Edith Magalhães Fraenkel (Diretora da ABEn na época) e Lays Netto dos Reis (vice diretora da Divisão de Educação da ABEn, na época), em conjunto com alguns deputados e com membros da então Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde (MES).

O mencionado diploma legal contribuiu para melhor firmar o status da profissão e das escolas, pois, até o ano de 1949, não existia qualquer lei que regulamentasse o ensino de enfermagem no Brasil, e até essa data coube à EEAN, através do decreto nº 20.109<sup>4</sup>, na qualidade de “escola oficial padrão”, o poder de enunciar um modelo de enfermeira para a sociedade brasileira, mediante o discurso autorizado, no sentido de se pronunciar sobre a criação e o reconhecimento de todas as escolas de enfermagem do país, em equiparação à EEAN (FONTE, 2009).

À época, a EEAN, através do decreto nº 21.321 de 18 de junho de 1946, já havia sido integrada definitivamente à Universidade do Brasil como estabelecimento de ensino superior<sup>5</sup> e não apenas como instituição complementar, nos termos da Lei 452 de 05 de julho de 1937 (CARVALHO, 1976).

---

<sup>4</sup> Aprovado pelo Ministro da Educação e Saúde Pública e pelo diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (SESP).

<sup>5</sup>Um fato interessante de ser levantado: mesmo passando a ser considerada uma Escola de ensino superior, na EEAN não começou a exigir de suas candidatas a posse de curso secundário completo para o ingresso no curso de enfermagem. Isso fez com que o curso de enfermagem da Universidade do Brasil ficasse em uma situação inferior aos demais cursos de graduação, que nessa época já exigiam curso secundário completo para o ingresso no curso superior.

Com a promulgação da Lei 775/49, a EEAN perdeu a prerrogativa de “escola padrão”, uma vez que o ensino de enfermagem passou a ser regulamentado legalmente, estabelecendo-se as condições mínimas para o processo de formação de enfermeiros. A avaliação das escolas passou a ser realizada pelo MES e o reconhecimento deveria ser feito pelo Presidente da República (FONTE, 2009). De acordo com o quinto artigo da Lei 775, o pré-requisito para admissão de candidatas ao curso de enfermagem seria o curso secundário completo; até então, a exigência à admissão ao curso de enfermagem era ser possuidora de “instrução secundária o bastante”.

No âmbito do sistema educacional brasileiro geral daquela época, o curso primário correspondia a cinco anos de estudos e o curso secundário a sete, sendo esse último dividido em dois ciclos: o primeiro denominado “ginásio” com duração de quatro anos e o segundo denominado “colégio” com duração de três anos. A exigência para admissão em qualquer escola superior era a posse de curso secundário completo, ou seja: doze anos de preparo acadêmico (PINHEIRO, 1959).

No entanto, essa Lei considerou um período de sete anos para as escolas se ajustarem à determinação. Até o final desse prazo, as escolas de enfermagem poderiam aceitar estudantes portadores de certificado de ginásio (07 anos de preparo acadêmico). Paralelo aos cursos de enfermagem, de 36 meses de duração, a mesma Lei criou cursos de auxiliar de enfermagem, com duração de 18 meses. *“Essa foi uma medida sábia do ponto de vista político, visto que possibilitou o aproveitamento das candidatas portadoras de curso primário; sem isso, talvez não aceitassem os legisladores a elevação do requisito de admissão no curso de enfermagem”* (PINHEIRO, 1959, p. 6).

Mesmo antes da promulgação da Lei Nº 775, isto é, antes da exigência de curso secundário completo, o número de enfermeiras diplomadas a cada ano pelas escolas de

enfermagem era extremamente reduzido. Para se ter uma idéia, em 1952, quando terminou o curso da última turma sujeita à exigência anterior <sup>6</sup>, 22 escolas expediram 299 diplomas; ou seja, 13,5 diplomadas por escola. No ano seguinte esse número caiu para 270; isto é, 12,2 por escola (PINHEIRO, 1959).

Como ressaltado, o número de enfermeiras e auxiliares de enfermagem era insuficiente. À medida que os princípios da boa administração hospitalar eram divulgados, os hospitais começaram a perceber que não tinham enfermagem e que precisavam melhorar seus padrões nesse setor. Decorreu daí a procura cada vez maior de pessoal preparado. A qualidade do preparo era deficiente; até então, não existia curso regular de especialização de professores de enfermagem e o número de enfermeiros que obtiveram esse preparo fora do país ainda era relativamente restrito. As professoras “improvisadas”, em sua maioria, tinham, em paralelo ao curso de graduação, nada mais que boa vontade (PINHEIRO, 1959).

Em decorrência da idéia que as pessoas tinham de que Enfermagem era profissão secundária e da favorável situação econômica do país, os salários para o pessoal de enfermagem eram baixos, quando comparados com a remuneração das demais profissões. A perspectiva de uma remuneração inferior ao valor do trabalho prestado e ao tempo gasto em anos de estudo não atraía um número apreciável de candidatas para a Enfermagem. Por se tratar de profissão avaliada socialmente como essencialmente feminina, não raro, enfermeiras abandonavam a profissão para se dedicar ao lar (PINHEIRO, 1959).

---

<sup>6</sup> Exigência para ser admitida no curso de enfermagem era a candidata demonstrar no exame de admissão ser possuidora de “instrução secundária o bastante”, não sendo necessária a apresentação de nenhum certificado ou diploma.

Apesar da escassez do número de enfermeiras no Brasil, algumas áreas do país não conseguiam absorver as poucas que existiam. Os diretores de serviço reconheciam a necessidade, porém argumentavam não haver recurso financeiro para pagar os salários. Em muitas situações, principalmente na saúde pública, as enfermeiras não eram aproveitadas para a função de Enfermagem e sim para serviços inteiramente burocráticos. Em outros espaços, a execução e direção de serviços de enfermagem altamente complexos, eram feitas por atendentes e auxiliares de enfermagem (PINHEIRO, 1959).

Como se pode depreender dos problemas descritos, estavam em jogo interesses dos mais variados, pois, de um lado os hospitais, os serviços de saúde, os legisladores e os governantes exigiam enfermeiras, reclamavam da falta de profissionais e tentavam resolver o problema ao seu modo, através da criação de escolas de enfermagem e de auxiliares de enfermagem desprovidas de base econômica que lhes assegurasse um bom funcionamento e sem corpo docente com preparo adequado. De outro lado, enfermeiras desempregadas, mal aproveitadas ou descontentes, abandonavam a profissão ou emigravam do país, em busca de acesso e melhores condições de trabalho (PINHEIRO, 1959).

A ABEn, durante muito anos, lutava por uma legislação adequada, buscando respaldo na elevação do padrão de ensino das escolas de enfermagem. Com novo projeto apresentado em 1953, que prorrogava o prazo de exigência de curso secundário completo para ingresso nas escolas de enfermagem, a Associação fez consulta às 25 escolas de enfermagem existentes no país. O resultado foi que apenas oito opinaram a favor da exigência (CARVALHO, 1976).

Em 1954, a Associação foi convidada pelos legisladores a opinar sobre o adiamento por mais cinco anos da exigência de curso secundário como pré-requisito para admissão em escolas de enfermagem. Na ocasião, a ABEn se viu sem recursos para opinar, pois, se por um lado, sentia a necessidade de formação de enfermeiras de base cultural mais sólida, capazes de reconhecer problemas e encontrar soluções, por outro ângulo, reconhecia que o país não estava em condições de reduzir ainda mais a formação de enfermeiras pelas escolas.

Para Baptista e Barreira (1997), a representação da enfermagem como profissão ancilar, auxiliar, doméstica e também a desfavorável condição da mulher na sociedade brasileira, contribuíram durante longos anos, para evitar a elevação do nível de escolaridade exigido das candidatas às escolas de enfermagem, mesmo não impedindo sua entrada nas universidades, o que acarretou posição incômoda, em relação às demais escolas de nível superior.

Com a possibilidade de aprovação de nova lei que prorrogasse por mais cinco anos a exigência de curso secundário completo como requisito para ingressar no curso de enfermagem, as dirigentes da ABEn temiam que o novo adiamento representasse destruição da esperança de dotar o Brasil de enfermeiras com melhor escolaridade (PINHEIRO, 1959).

Nesse contexto, a ABEn se viu premiada a atender aos pedidos oriundos de instituições nacionais e internacionais sobre a situação da enfermagem no país, reconhecendo a importância de desenvolver um estudo que tivesse como objetivo conhecer a enfermagem brasileira em seus diferentes aspectos e a partir desses dados, traçar um plano baseado em dados completos, que visasse o avanço da profissão.

Dessa forma, as principais razões que levaram a Associação a realizar o Levantamento foram: necessidade de dados para elaborar um plano de ação; respaldar demandas junto aos poderes públicos, aos membros da classe e à sociedade em geral, para execução do plano; e estimular outros grupos de enfermeiros ou pessoas interessadas na enfermagem a realizar estudos semelhantes, de âmbito estadual e local (PINHEIRO, 1959).

Não obstante, sabia que tal empreendimento só poderia ser levado a cabo, mediante o apoio de outras instituições, através de recursos financeiros e de pessoal qualificado, e das instituições participantes da pesquisa, no tocante ao envio dos dados solicitados pela comissão de elaboração do referido Levantamento.

## **1.2 As primeiras iniciativas da Associação Brasileira de Enfermagem para realizar um levantamento de enfermagem no país**

Antes da decisão de realizar o Levantamento, no VII CBEEn em 1954, a ABEn já Brasil. Porém, nem todas foram bem sucedidas, como se expõe a seguir:

O interesse da ABEn por conhecer a situação da enfermagem no país foi evidenciado pela primeira vez em 1939. Na ocasião, a Associação enviou cartas aos estados brasileiros, solicitando informações para um estudo nesse sentido. As respostas foram insatisfatórias e o estudo foi inviabilizado (CARVALHO, 1976). Ao que tudo indica, a inviabilização desse estudo decorreu da inexistência de Seções Estaduais<sup>7</sup> da ABEn, as quais só viriam a ser criadas a partir de 1945.

---

<sup>7</sup>A primeira Seção Estadual a ABEn foi a de São Paulo com a denominação de Associação de Enfermeiras Diplomadas de São Paulo. Atualmente existem Seções Estaduais em todos os estados brasileiros, sendo articuladas em torno de uma direção nacional na luta por um objetivo comum, contribuindo para composição de uma entidade única.

A criação de Seções Estaduais da ABEn e o funcionamento de escolas de enfermeiros e de auxiliares de enfermagem foram acontecimentos quase sempre interligados, eis que à medida que as enfermeiras foram incorporadas ao trabalho nos diferentes estados, abriram novas escolas e fundaram Seções Estaduais. A ampliação e difusão de enfermeiras contribuíram para a realização de um inquérito sobre a situação de enfermagem no território nacional.

Outro ponto positivo na criação de Seções Estaduais da ABEn foi a agregação da enfermagem em prol do desenvolvimento da profissão. Foi inevitável que a Associação fortalecesse a expansão para outros estados do país, como estratégia política e de sustentação da Entidade (ABEn, 2005).

A implantação de Seções Estaduais constituiu estratégia da ABEn para alcançar visibilidade, dar-se a conhecer e fazer-se reconhecer, uma vez que a proximidade no espaço físico favorece a aproximação no espaço social, facilitando a acumulação de capital social (Bourdieu, 2011). Dessa forma, a ABEn, ampliou as possibilidades de atuação no campo da Enfermagem.

A segunda tentativa de investigar a situação da Enfermagem no Brasil ocorreu em 1946, quando a Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária, do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), solicitou informações sobre o quantitativo do pessoal de enfermagem, brasileiros e estrangeiros, que exerciam a profissão no Brasil. Porém, o estudo não foi levado a efeito, por falta de recurso e apoio necessário (CARVALHO, 1976).

Em 1950, a Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária do DNSP, com a colaboração da diretoria do citado Departamento, da ABEn e da Divisão de Ensino do SESP realizou um Levantamento Censitário. A enfermeira Izaura Barbosa

Lima, então chefe da Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária, foi escolhida para presidir o Levantamento, formando uma Comissão do Censo, composta pelas enfermeiras Waleska Paixão, Clara Curtis, Haydée Guanais Dourado, Rosa de Paula Barbosa e Mirabel Smith Ferreira Jorge (CARVALHO, 1976).

O Relatório Final do Levantamento Censitário, de âmbito nacional, foi divulgado no IV CBEn, realizado em Salvador, no período de 12 a 17 de novembro de 1950. Esse Congresso teve como presidente da Comissão Executiva, a enfermeira Maria Rosa Sousa Pinheiro e no cargo de presidente da ABEn Edith Magalhães Fraenkel. Ao término da apresentação do relatório, aprovaram-se duas recomendações, transcritas a seguir:

1. A necessidade de criação de uma Seção de Enfermagem no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina que, entre outras funções, deveria manter o cadastro atualizado dos enfermeiros diplomados no Brasil;
2. Que se repetisse trabalho semelhante ao Levantamento Censitário abrangendo as outras ocupações de enfermagem, a cada cinco anos.

Os enfermeiros presentes no IV Congresso consideraram essas recomendações pertinentes e propuseram à ABEn que reiterasse junto ao MES, a solicitação para que fosse criada a “Seção de Enfermagem no Departamento Nacional de Saúde Pública” e procurasse obter o apoio do MES, para a realização periódica do censo de enfermeiras diplomadas e das várias categorias de pessoal de auxiliar de enfermagem.

No ano seguinte, em 1951, a ABEn recebeu a informação da ocorrência da Primeira Reunião de Técnicos em Enfermagem da OMS, e que na ocasião havia sido recomendando um estudo dos recursos nacionais de enfermagem, por técnicos especializados, em todos os países. A informação foi prestada por Clara Curtis, então



presidente da Comissão de Intercâmbio Cultural e Profissional da Associação. Vale sublinhar que Clara Curtis integrou a Comissão do Censo de 1950.

Essa recomendação reitera a importância da Enfermagem para a atenção de saúde nos diversos países e da ABEn, como entidade apta a atender à demanda da OMS. Tal reconhecimento é cabal, no sentido de demonstrar que as oportunidades dos agentes ou instituições são determinadas por suas posições mais ou menos prestigiosas nos espaços sociais, pois *“os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições”* (BOURDIEU, 2004).

No intuito de manter certa uniformidade nos estudos, a OMS ofereceu assessoramento aos países que o desejassem. Nesse sentido, a Organização elaborou e pôs à disposição dos interessados um “Guia para Estudos Nacionais de Recursos de Enfermagem”.

Diante da premência, no V CBEn, realizado em 1951, discutiu-se a importância do estudo proposto pela OMS para o desenvolvimento da enfermagem brasileira. Foi então proposto pela Comissão de Intercâmbio que o Congresso fizesse recomendação à ABEn, no sentido de considerar a *“possibilidade de realizar em um futuro próximo, um estudo sobre os recursos de enfermagem no Brasil”* e que a mesma entrasse em contato com a Comissão Nacional de Assistência Técnica, para estudar as possibilidades de receber e dar assistência técnica em enfermagem. Apesar de a ABEn reconhecer a importância de tal assunto, a plenária não apreciou tais recomendações por não se julgar preparada para tal empreendimento (CARVALHO, 1978, p. 281).

Em Assembleia Geral da Associação, ocorrida em 1952, Haydée Guanais Dourado, que fazia parte do Conselho Fiscal da ABEn, informou que havia sido solicitado, pela recém criada CAPES, uma estimativa das necessidades numéricas de

peçoal de Enfermagem. Foi então indicada uma comissão especial, presidida pela própria Haydée, para estudar o assunto. Vale ressaltar que o atendimento de uma demanda encaminhada pela CAPES representava a possibilidade de dar prosseguimento ao desenvolvimento da enfermagem nacional, especialmente no tocante à formação profissional.

Em plano de análise, pode-se afirmar que o reconhecimento da importância do atendimento de uma demanda da CAPES ilustra o que Bourdieu (2004, p. 28) denominou de “a arte de antecipar tendências”, que faz com que se percebam as estratégias compensadoras.

Dessa forma, a comissão elaborou um plano que tinha como objetivos: proceder ao levantamento do quadro de enfermeiras existentes e das necessidades de enfermeiras e de pessoal auxiliar; elaborar quadro demonstrativo das deficiências de enfermeiras e de pessoal auxiliar; e apresentar sugestões para suprir essas deficiências. O trabalho da comissão foi subsidiado por informações da Divisão de Organização Sanitária e da Divisão de Organização Hospitalar para o pessoal auxiliar e pelo Censo realizado em 1950.

Nesse mesmo ano (1952), foi divulgado no Editorial da REBEn que enfermeiras dos Estados Unidos solicitaram à ABEn informações sobre o desenvolvimento das escolas de enfermagem brasileiras. Entre outros aspectos relevantes, essa demanda ratifica a importância da ABEn como porta-voz da enfermagem brasileira.

Em 1954, a Fundação Kellogg<sup>8</sup> enviou questionário à ABEn, com vistas ao levantamento de informações sobre as Escolas de Enfermagem no Brasil, solicitando dados como: o número de estudantes matriculados; o número de diplomados anualmente, nos cursos de graduação e de pós-graduação e o quantitativo de docentes.

---

<sup>8</sup> Criada em 1930, pelo fundador da indústria de cereais W. K. Kellog, iniciou suas atividades na América Latina com programas de bolsa de estudos avançados para profissionais da área da saúde. Sua programação na incluía somente as enfermeiras, mas também o apoio direto a escolas de enfermagem.

O questionário contemplava ainda questões sobre a legislação que disciplinava o exercício da profissão.

A Diretoria da Divisão de Educação da ABEn reuniu-se em fevereiro de 1954 para discutir as solicitações que a Associação vinha recebendo, nos últimos anos. Nessa reunião, Haydée Guanais Dourado propôs que a formação de uma comissão para investigar as necessidades de enfermagem no Brasil. Maria Rosa Souza Pinheiro, então vice-presidente da ABEn que assumiria o cargo de presidente da ABEn, no final de 1954, expôs as dificuldades que a Associação teria para realizar o estudo. Ao final da reunião, foi aprovada a proposta de que a comissão buscasse parcerias para levar a cabo tal estudo e que, o assunto seria discutido no VII CBEn, o que de fato aconteceu.

No seio da ABEn, defendia-se a relevância de tal estudo para identificar as necessidades de enfermagem, principalmente diante do desafio de superar problemas de insuficiência quantitativa de enfermeiros. Esse argumento pode ser atestado no editorial da REBEn, publicado em junho de 1954, nos seguintes termos:

Não se resolve todos os problemas de uma profissão como a de enfermeiro apenas com uma boa legislação de ensino e uma boa lei de exercício. A escassez de profissionais, sua distribuição adequada, o melhoramento contínuo da prática, a averiguação das condições do exercício por meio de levantamentos e pesquisas... são outros tantos aspectos a serem considerados (ABEn, 1954, p. 73).

Foi então, esses inúmeros pedidos, partindo de diferentes setores e a vontade de se resolver os problemas que a Enfermagem brasileira vinha enfrentando, que impulsionaram a ABEn à decidir realizar o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil

### **1.3 O VII Congresso Brasileiro de Enfermagem e o Levantamento de Recursos e necessidades de Enfermagem no Brasil**

A importância atribuída aos congressos como espaço de intercâmbio técnico, político e cultural é destacada desde sua primeira edição em 1947, quando, na sessão inaugural, estiveram presentes, o Ministro da Educação e Saúde, o Ministro da Aeronáutica, o Governador do Estado de São Paulo e o Reitor da Universidade de São Paulo. Compareceram, também, cerca de vinte oficiais brasileiros e norte-americanos e enfermeiras a serviço da Força Aérea Americana, no Brasil (CARVALHO, p.372, 1976).

Essa importante sessão inaugural foi presidida por uma figura prestigiosa da enfermagem brasileira: Edith de Magalhães Fraenkel, presidente da Seção Estadual da ABEn de São Paulo, membro devidamente autorizado a coordenar o evento, conforme as convenções requeridas para um ritual desse porte, o que destacou o grupo de enfermeiras perante seus pares e as autoridades presentes.

O VII CBEn, realizado em 1954 entre os dias 17 e 21 de agosto, na cidade de São Paulo, constituiu espaço de decisões importantes que resultaram nas primeiras ações em prol da realização do Levantamento. Esse congresso teve como temas oficiais: “Recrutamento e seleção para cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem”; O Departamento de Enfermagem no Hospital Moderno, além de uma mesa redonda intitulada “Requisitos acadêmicos para matrícula em escolas de enfermagem a partir de 1957”.

Durante a apresentação do estudo relacionado ao tema oficial, qual seja, “O Departamento de Enfermagem no Hospital Moderno”, ficou evidente que a falta de dados referentes ao número e tipo de pessoal de enfermagem necessário ao

funcionamento dos hospitais era motivo de preocupação dos enfermeiros. Derivou desse estudo a recomendação à ABEn quanto à organização de tabelas-guias baseadas nas necessidades nacionais e de cada hospital, de acordo com sua especialidade (CARVALHO, 1976). Essa recomendação trouxe a lume o quanto era imprescindível o conhecimento das necessidades de enfermagem para a melhoria da qualidade da assistência. Essa observação foi objeto de reflexão de Haydee Guanais Dourado, quando afirmou: o propósito do Levantamento “*era contribuir para melhorar os serviços de enfermagem prestados ao público do Brasil, sua finalidade era conhecer para melhorar e não conhecer por conhecer*” (DOURADO, 1959, p. 49).

Em outro momento do congresso, Izaura Barbosa Lima, então presidente da Comissão Especial de Levantamento Estatístico da ABEn, apresentou um relatório dos trabalhos da comissão, durante seu mandato. O relatório continha diversas informações, tais como: número e subordinação administrativa das escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem, existentes no país; número total de alunos de ambos os cursos, referentes ao período de 1917 a maio de 1954; média de produção anual de cada escola de enfermagem; rede de hospitais gerais, preventórios para tuberculose, maternidades, instituições de higiene mental e assistência psiquiátrica; número de leitos à disposição do público e relação leito-habitante em 1950; orçamento das escolas de enfermagem de 1948 a 1960.

Ao concluir a apresentação do relatório no Congresso, a Comissão de Levantamentos Estatísticos sugeriu que se recomendasse à ABEn a manutenção atualizada de seu arquivo de informações, a fim de colaborar com o planejamento de serviços médicos-sanitários e de ensino de enfermagem no país, apresentando documentação exata (CARVALHO, 1976, p. 283).

Outro assunto de grande importância para viabilização do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil também discutido no VII Congresso foi a necessidade de recomendação de que a Divisão de Educação da ABEn propusesse à ABEn a realização de estudo sobre as necessidades de enfermagem. Com esses fundamentos, ao final, foram aprovadas duas propostas de recomendação à Associação Brasileira de Enfermagem: 1- Manter seu cadastro de enfermeiras e seu arquivo de informações sobre o ensino e o exercício de enfermagem sempre atualizado. 2- estudar as necessidades de enfermagem no país e os níveis de formação profissional para fazer frente às necessidades (ABEn, 1954, p. 319).

Essas recomendações representaram um compromisso da Associação perante a enfermagem e a sociedade. Cumpre notar que a publicidade da decisão, à vista de todos, detém a magia de consagrar e ratificar socialmente o compromisso com o desenvolvimento da profissão.

#### **1.4 A busca de viabilização do projeto**

A partir do VII CBEn, já com Maria Rosa Sousa Pinheiro na presidência da ABEn, foram tomadas as primeiras providências com vistas a busca de recursos financeiros e o apoio de outras instituições para realização do Levantamento.

As primeiras solicitações foram endereçadas ao secretário geral da CAPES em outubro de 1954, e ao representante da OMS, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1955. A obtenção de apoio de duas importantes instituições que já haviam manifestado interesse nesse tipo de estudo, além de contribuir para viabilidade da investigação, agregaria valor e credibilidade social ao trabalho. Por outro lado, a ABEn, ao buscar apoio dessas instituições, posiciona-se como detentora de capital simbólico suficiente para pleitear subvenção a um projeto sob sua liderança.

Na carta dirigida à OMS, Maria Rosa Sousa Pinheiro fez referência ao projeto de Lei nº 2991-51, em discussão na Câmara dos Deputados, com a proposta de adiar por mais sete anos a exigência de curso secundário completo para ingresso nas escolas de enfermagem. Na mesma oportunidade, Maria Rosa fez alusão ao fato de que a ABEn deveria pronunciar-se a respeito, a pedido do relator do projeto, o deputado Lauro Monteiro da Cruz. Esses temas foram pontuados pela presidente da ABEn sob o argumento de que, para que a entidade se manifestasse a respeito do assunto, era imprescindível a realização de estudo sobre a enfermagem no país. Por sua magnitude, a ABEn não tinha condições de realizá-lo isoladamente, sem contar com o apoio de grandes instituições (CARVALHO, 1976).

Não obstante a solicitação tenha sido apreciada pela CAPES e pela OMS, que reconheceram sua importância, a mesma não foi atendida, devido a falta de condições financeiras. No entanto, a OMS, deu conhecimento do pedido ao representante da Fundação Rockefeller, no Brasil. Maria Rosa, ao saber que a Fundação Rockefeller demonstrara interesse em apoiar, tratou de enviar correspondência ao seu representante, em julho de 1955, expondo novamente o significado de tal estudo para a enfermagem brasileira (CARVALHO, 1976).

Retrocedendo no tempo, vale mencionar que a Fundação Rockefeller foi criada em 14 de maio de 1913 nos Estados Unidos por John D. Rockefeller e Frederick T. Gates. O envolvimento dessa Fundação com a América Latina começou em 1915, quando foi aprovada a ideia de empreender a pesquisa médica nos principais países dessa região. Subjacente a essa decisão estava a premissa de que a saúde da população não dependia apenas de campanhas sanitárias, mas também da qualidade e do treinamento dos profissionais de saúde (SANTOS, 2002).

O Brasil foi escolhido pela Fundação Rockefeller para sediar o primeiro estudo. A opção baseou-se em interesses comuns e na crença de que o Brasil naquela época era o líder dos países do continente sul-americano. Como justificativas da decisão, foram consideradas especificamente as conquistas do Brasil no campo da medicina preventiva e a aquiescência do governo brasileiro (SAUTHIER; BARREIRA, 1999).

No que se refere ao desenvolvimento da enfermagem brasileira, é pertinente lembrar a participação da Fundação, no início da década de 1920, na criação da Escola de Enfermagem do DNSP, atual EEAN, que implantou a Enfermagem Moderna no Brasil. Além disso, a Fundação Rockefeller concedeu bolsas a enfermeiras brasileiras, para frequência a cursos de pós-graduação nos Estados Unidos (BRANDÃO, 1999).

Sobre a necessidade de buscar recursos para viabilização do Levantamento, é esclarecedor o trecho da entrevista de Maria Rosa Sousa Pinheiro, o qual evidencia a grande contribuição da ABEn, à época:

(...) No Congresso de 54, acho que foi a Agnes Chagas que fez uma proposta de fazer um Levantamento, fazer, no Brasil um Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem. Eu que tinha acabado de ser eleita presidente, e que estava presidindo a sessão de recomendações protestei. Disse: nós não temos meios para fazer um levantamento no Brasil inteiro... mas não adiantou o protesto, e foi votado, e eu fiquei com essa tarefa imensa! Então fomos Haydée e eu, fomos no Ministério da Educação, no Ministério da Saúde, pedimos ao SESP, mas ninguém tinha recursos para dar (...) (PINHEIRO, 1993).

Sobre o apoio financeiro concedido pela Fundação Rockefeller para a pesquisa alusiva ao Levantamento, Maria Rosa Sousa Pinheiro, declarou o seguinte:

Um dia eu estava no meu escritório no SESP e chegou um representante da Fundação Rockefeller no Brasil, e disse: Miss Pinheiro, eu sei que a senhora tem que fazer um Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem; eu disse; tenho. Ele disse: vim oferecer dinheiro da Fundação Rockefeller. Esse dinheiro caiu do



céu... Deu 30 mil dólares e cedeu salas da Fundação Rockefeller que era pertinho dos SESP, ali no Castelo, para o pessoal que fosse trabalhar. Nós começamos a trabalhar (PINHEIRO, 1993).

Uma oferta dessa monta de iniciativa da poderosa Fundação Rockefeller evidencia o crédito simbólico da ABEn e a da enfermagem brasileira, perante uma instituição internacional e denota o peso e o volume do capital simbólico da Associação. Esse apoio expressa o reconhecimento social obtido pela ABEn e agrega valor ao capital simbólico da entidade, perante a enfermagem brasileira naquele contexto sócio político.

Vale referir que, a partir do financiamento da Fundação Rockefeller, outras instituições decidiram cooperar, evidenciando que a chancela da Fundação agregou lucros simbólicos ao projeto da ABEn. Com esse respaldo, o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, executado pelo Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem, órgão fundado pela ABEn exclusivamente para realizar tal estudo, contou com a assessoria técnica da OMS e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além da colaboração de outras importantes instituições públicas e particulares, civis e religiosas (CARVALHO, 1976).

## **Capítulo II**

# **Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil: estratégias para realização**

No presente capítulo, analisam-se as primeiras providencias para organização e distribuição de atribuições do Centro de Levantamentos, através da formação do Conselho Diretor, do Conselho de Colaboradores, da Assessoria da Seção Técnica e da Seção Administrativa, para em seguida, a atenção recair nas atas das reuniões do Conselho Diretor e publicações acerca do Levantamento na REBEn, com intuito de identificar as estratégias das enfermeiras para realizar o Levantamento, foco maior deste estudo.

## **2.1 Providências preliminares da Associação Brasileira de Enfermagem em prol da realização do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil**

A primeira providência com vista a viabilizar o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil foi uma reunião realizada no dia 8 de julho de 1955, na sala da superintendência do SESP. A convocação emanou da enfermeira Agnes Chagas, então chefe do Serviço de Enfermagem da Repartição Sanitária Panamericana – OMS, que estava no país especialmente para trabalhar no projeto a convite da OMS (CARVALHO, 1976).

Essa primeira reunião teve como finalidade estabelecer o tipo de participação e as responsabilidades das instituições que haviam se comprometido com a ABEN em apoiar a realização do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil. O evento contou com a presença do Dr. Ernani Braga, representando a Fundação Rockefeller; Dr. Henrique M. Penido, superintendente do SESP; a enfermeira Agnes W. Chagas, representando a OMS; as enfermeiras Maria Rosa Sousa Pinheiro e Haydée Guanais Dourado, presidente e vice-presidente da ABEn, respectivamente (ABEn, 1955).

A necessidade de formalizar coletivamente a participação das entidades dispostas a apoiar o Levantamento demonstra a preocupação das enfermeiras da ABEn em assegurar tal suporte, condição imprescindível para a realização do mesmo. Nessa reunião, também se discutiu a conveniência de se criar um Conselho Diretor do Levantamento<sup>9</sup>; um plano de utilização dos recursos financeiros oriundos da Fundação Rockefeller e a definição de um responsável pelo Levantamento.

O Conselho Diretor do Levantamento foi designado como órgão de deliberação máxima. a composição do Conselho contou com representantes das instituições presentes à reunião, acrescidos de representantes do MEC e da CAPES. (CARVALHO, 1976).

Posteriormente, na primeira reunião desse Conselho Diretor informou-se que tinham sido convidados representantes do MT e do IBGE, totalizando nove instituições representadas por 11 membros. Porém, nas fontes consultadas, não se encontrou referência às instituições ou indicação nominal das pessoas presentes e que fariam parte do Conselho.

O nome das instituições e respectivos representantes só foram encontrados nas Atas das reuniões do Conselho Diretor. No entanto, as atas não foram muito claras em relação a esses componentes. Esta lacuna pode ser explicada pelos seguintes fatos: nem todas as reuniões tiveram a participação de todos os membros do Conselho Diretor, em algumas reuniões, algum membro na impossibilidade de comparecer, enviava um representante; além dos membros do Conselho Diretor, convidados e funcionários do Centro de Levantamentos e por fim, por se tratar de reuniões que ocorreram ao longo de quatro anos, alguns membros desse Conselho foram substituídos por outros

---

<sup>9</sup> Chamado na primeira reunião do Estudo das Condições de Enfermagem no País ocorrida no dia 08 de julho de 1955 de Conselho Consultivo, depois modificado para Conselho Diretor (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1956, p.3)

representantes, ao longo do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil.

O livro de atas do Conselho Diretor do Centro de Levantamentos registra a ata de uma 1ª reunião intitulada “Estudo das Condições de Enfermagem no País”, ocorrida em 1955 e mais oito atas de reuniões denominadas “Reunião do Conselho Diretor do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem”, ocorridas entre 1956 e 1958.

Após a análise dessas atas, pode-se inferir que o Conselho Diretor abarcou nove instituições e dez membros (Quadro 2), sendo coordenado por Hayddé Guanais Dourado (apesar de constar na primeira ata da reunião do Conselho Diretor que, a partir daquele momento, passariam a fazer parte do referido conselho, representantes do IBGE e do MT, o nome da pessoa designada a representar esse último nunca foi referida em atas posteriores). Provavelmente, essa omissão indique que o representante do MT não compareceu a qualquer reunião. O nome do representante pode ser identificado na Seção de Notícias e Comentários da REBEn, de dezembro de 1956, em uma nota que se referia à Instalação do Conselho de Colaboradores do Centro de Levantamentos (ABEn, 1956, p. 296).

## Quadro nº 2

### Membros do Conselho Diretor do Centro de Levantamentos

INSTITUIÇÃO	MEMBROS-CARGO
Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn)	.Maria Rosa Sousa Pinheiro, presidente da ABEn.
Fundação Rockefeller (FR)	Dr. Ernani Braga, representante da FR no Brasil.
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	Prof. Anísio Teixeira, secretário geral da CAPES.
Ministério da Saúde (MS)	Isaura Barbosa Lima, chefe da seção de enfermagem da Divisão de Organização Sanitária do DNS, representando o MS e Alfrez Galdino dos Santos Lima
Ministério da Educação e Cultura (MEC)	Nair Fortes, chefe da seção de Estudos e Organização da Diretoria de Ensino Superior, representando o MEC.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Luiz Timóteo da Costa.
Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)	Dr. Henrique Maia Penido
Organização Mundial da Saúde (OMS) através da Repartição Sanitária Pan-americana (RSPA)	Dr. Kenneth Courtney, representante da Repartição Sanitária Pan-americana no Brasil.
Ministério do Trabalho	Dr. João Fabrício Gondim

**Fonte:** Livro de Atas das reuniões do Conselho Diretor do Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil. **Localização:** Caixa 17, do arquivo do Centro de Memória da ABEn e Revista Brasileira de Enfermagem, ano IX, nº 4, dezembro de 1956, p. 196.

No que tange à quantia a ser doada pela Fundação Rockefeller para o financiamento do Levantamento, nessa primeira reunião, admitiu-se ser impossível prever com precisão o custo total do estudo. Por isso, a Fundação, por meio de seu representante, achou por bem liberar o dinheiro de forma gradativa, como se depreende do exposto no trecho abaixo:

Falou o Dr. Ernani Braga à Associação Brasileira de Enfermagem, por intermédio de sua presidente, cabe pedir ao Representante da Fundação Rockefeller que financie quase totalmente o Estudo. É impossível prever-se com precisão o custo total do Estudo. A Fundação doará inicialmente uma quantia esse ano; quando for oportuno, fará previsão do que for necessário no próximo, ou próximos orçamentos (...) (ABEn, p. 2, 1955).

O custo total de recursos financeiros do Levantamento foi de 40 mil dólares, doados em duas parcelas pela Fundação Rockefeller: a primeira de 10 mil dólares, em 1956, e a segunda, de 30 mil dólares em 1957 (CARVALHO, 1976).

Analisando o cronograma, Brandão (1999) comenta que a liberação gradativa do dinheiro, constitui-se como estratégia de controle dos trabalhos do grupo. O comentário relatado por Haydée dá respaldo a esse entendimento: “*O doutor Hernani Braga, da Fundação Rockefeller, dizia tudo. Então ele disse: nós vamos dar uma pequena quantia e, se der certo, nós daremos uma quantia maior.*”

Como se pode depreender, a liberação gradual dos recursos financeiros simbolizava estratégia de controle, sinal de hierarquização, em que a Associação, de certa forma, estava subordinada à Fundação Rockefeller. Essa suposição alcança suporte no fato de que a Fundação Rockefeller estabeleceu critérios para a indicação da enfermeira Maria Rosa S Pinheiro (então presidente da ABEn) a assumir o comando do estudo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1955, p. 2).

A despeito da reafirmação do poder político-administrativo de uma instituição como a Fundação Rockefeller, respeitada internacionalmente, a indicação de Maria Rosa é indicador elucidativo da chancela a seu reconhecimento social, ao mesmo tempo em que expressa o peso político que, certamente, os cargos de presidente da ABEn; diretora da Escola de Enfermagem da USP e diretora da Divisão de Enfermagem do SESP, agregavam ao seu currículo.

Sobre a avaliação da possibilidade de Maria Rosa assumir o comando do Levantamento, a justificativa do Superintendente do SESP agrega mais valor ao trabalho exitoso dessa enfermeira: *“O SESP quer dar o máximo apoio ao Estudo, mas devido à responsabilidade que assumiu, no campo do ensino da enfermagem, não podia prescindir da contribuição de D. Maria Rosa Sousa Pinheiro”* (ABEn, 1955, p. 2).

Nessa linha de reflexão, não se pode esquecer que, à época, o SESP apoiava estratégias de qualificação de trabalhadores na área da saúde. No campo da enfermagem, as contribuições conferiam prioridade à concessão de bolsas e apoio técnico e financeiro para implantação de escolas de enfermagem em todo Brasil. A justificativa desse empenho fundamentava-se na carência de enfermeiras, não somente para os serviços de saúde brasileiros em expansão, mas para o próprio modelo sespiano, que definia a enfermagem como um dos pilares de suas ações (RENOVATO; BAGNATO, 2008).

Devido à indisponibilidade de Maria Rosa Pinheiro ser liberada de forma integral para liderar o Levantamento, Haydée Guanais Dourado foi escolhida para liderar o estudo, pois já havia sido aceita pela Fundação Rockefeller. Na época, Haydée era redatora da REBEn, vice-presidente da ABEn e havia acabado de se desligar da Campanha Nacional Contra Tuberculose (CNCT).

Coordenando oficialmente o projeto, Haydée viajou em 1955 para os EUA e Canadá, com bolsa de estudos da Fundação Rockefeller, a fim de preparar-se para tal missão. Seus estudos incluíram um estágio em pesquisa de enfermagem na Divisão de Recursos de Enfermagem do Departamento de Educação, Saúde e Bem Estar Social, em Washington. (SECAF, COSTA, 2007).



A conquista de oportunidade de aprimoramento profissional, indicador do reconhecimento de seu capital profissional e social, propiciou a atualização de seu capital científico. Cumpre notar que, no processo de acumulação de capital científico, uma das formas de reconversão seria a de que a posse de capital científico tende a favorecer a aquisição de capital suplementar e onde a carreira “bem sucedida” torna-se um processo contínuo de acumulação (BOURDIEU, 2004, p. 127).

Vale ressaltar que, tanto Maria Rosa Sousa Pinheiro, como Haydée Guanais Dourado, eram oriundas de famílias tradicionais, realizaram pós-graduação e ocuparam posições importantes na ABEn. Tais atributos eram critérios importantes para conferir destaque social e autoridade profissional no campo da enfermagem, favorecendo que conquistassem a condição de porta-vozes autorizadas a expressarem o discurso legítimo sobre a profissão.

Adicionalmente, cabe destacar que, de acordo com as atas das reuniões do Conselho Diretor, Maria Rosa S. Pinheiro compareceu a todas as reuniões, mesmo morando em São Paulo, sendo que na última reunião, realizada no dia 30 de outubro de 1958, ela esteve presente, mesmo na condição de ex-presidente da ABEn. Como se vê, a assídua participação evidencia a manifestação de compromisso profissional de Maria Rosa S Pinheiro e sua dedicação ao controle das ações do projeto em curso. Certamente, sua presença conferia relevo às discussões da pauta das reuniões, devido ao peso simbólico do cargo de presidente da ABEn e porta-voz do grupo de enfermeiras.

No primeiro encontro, ocorrido no dia 8 de julho de 1956, o Dr. Ernani Braga, representante da Fundação Rockefeller, ofereceu uma das salas da sede da Fundação, no Brasil para organização de um escritório destinado ao Levantamento (ABEn, 1955). Dessa forma, inaugurou-se a ocupação de um espaço físico para o que se denominou de

Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem, situado à Av. Franklin Roosevelt, nº 194, Centro do Rio de Janeiro. Com essa medida, o Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem começou oficialmente a funcionar. Os primeiros meses desse ano foram dedicados às tarefas de organização e planejamento do Centro, as quais incluíam a admissão gradual do pessoal com qualificação suficiente para realizar pesquisa de natureza sócio-profissional (ABEn, 1957).

Subjacente à cessão de sala para o grupo, em espaço da Fundação Rockfeller, emerge a noção de tal proximidade representava também forma de controle do grupo pela instituição patrocinadora, como ressaltou a coordenadora do projeto, ao afirmar que:

Eles nos alojaram lá dentro porque iam gastar muito dinheiro. Foram 40 mil dólares. Então eles nos alojaram lá dentro, exatamente porque nos ajudariam com os equipamentos. Mas nós já tínhamos mesas, armários e cadeiras. E eles nos veriam trabalhar. Esse grupo é de confiança (...) (DOURADO, 1993).

Como evidente, a concessão da sala pode ter subjacente manifestação de estratégia de dominação do grupo, pois, em uma sociedade hierarquizada, a ocupação de espaços também permitem vislumbrar as hierarquias e as distâncias sociais, de modo mais ou menos explícito, pelo efeito de naturalização.

Não obstante, a demarcação de espaço para funcionamento do Centro, ao mesmo tempo em que ofereceu condições para efetivação do trabalho, proporcionou visibilidade ao grupo, uma vez que a posição de um agente no espaço social se expressa no espaço físico em que ele está situado e também pela posição relativa desse espaço em relação às localizações de outros agentes ou instituições (BOURDIEU, 1997, p. 120).

No intuito de tornar pública a efetivação da ideia e o apoio recebido, a ABEn concedeu entrevista à imprensa a respeito do Levantamento. Na ocasião, houve registro fotográfico (Fac simile nº1). Na fotografia mencionada figuram três mulheres sentadas, elegantemente vestidas, ao redor de uma mesa em que aparecem papéis e pastas, indicando tratar-se da mesa de trabalho do Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem (espaço geográfico representado na fotografia).

### **Fac Simile Nº 1**

#### **LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES E RECURSOS DE ENFERMAGEM NO BRASIL**



**Localização:** UFRJ, EEAN, Pavilhão de Aulas, Centro de Documentação, Revista Brasileira de Enfermagem, março, ano IX, nº1, 1956, seção de notícias e comentários, p.45.

A aludida fotografia foi publicada na Seção de Notícias e Comentários da REBEn, ano IX, nº1, de março de 1956 para ilustrar a matéria intitulada “Levantamento de Necessidades e Recursos de Enfermagem no Brasil”. A fotografia é acompanhada da seguinte legenda: “Aparecem na foto as Sras. Agnes W. Chagas e Maria Palmiro Tito de

Moraes, ao serem apresentadas à imprensa pela Sra. Haydée Guanais Dourado, em entrevista sobre o Levantamento”.

Chama atenção a legenda da fotografia, que sublinha o nome de enfermeiras prestigiadas na época, envolvidas com a organização do referido Levantamento. A análise dessa estratégia encontra respaldo nas palavras de Bourdieu, ao afirmar que a “legenda da fotografia diz o que é preciso ler” (BOURDIEU, 1997, p. 28). Vale sublinhar que a legenda da fotografia, ao conferir o crédito à imagem também dá conta de anunciar o assunto de que trata a fotografia, muitas vezes, exaltando os artefatos e as pessoas presentes na composição fotográfica, as quais contribuem para criar representações mentais acerca da apropriação de tais elementos do texto fotográfico.

A legenda transmite a ideia de que Haydée Guanais Dourado já era uma pessoa pública, dotada de capital simbólico, ao passo que as outras duas enfermeiras, ainda desconhecidas do público, porém não menos importantes, uma vez que foram escolhidas para o evento.

Na composição, a foto reúne a partir da esquerda: Agnes W. Chagas, Maria Palmiro Tito de Moraes e Haydée Guanais Dourado, na cabeceira da mesa, enfermeiras que não estão olhando para câmera e parecem estar conversando, indicando tratar-se de uma fotografia aparentemente espontânea. A arrumação do cabelo, os acessórios e os trajes usados denotam elegância.

Na foto, aparece uma mesa de escritório, com grande quantidade de papel, provavelmente com importantes informações; três cadeiras, sendo duas dispostas paralelamente e uma transversalmente; em outro plano, encontra-se mesa menor abrigando um telefone.

Tais artefatos (papéis, pastas, indumentária das fotografadas e o telefone) indicam tratar-se de pessoas que realizavam importante trabalho intelectual; além disso, a disponibilidade do telefone naquela época, permite inferir que o trabalho e a presença da enfermeira era valorizado naquele cenário.

Na Seção de Notícias e Comentários da edição da REBEn, onde foi publicada a fotografia também se encontra a primeira notícia a respeito do Levantamento, publicada na Revista:

Está em fase preparatória o trabalho inicial dos inquéritos sobre enfermagem. Como primeira providência foi instalado o Centro de Levantamento de Necessidades e Recursos de Enfermagem, estabelecido, graças ao oferecimento da Fundação Rockefeller, em sua própria sede...As Sras.Zilda Carvalho Hughes e Haydée Guanais Dourado, em regime de tempo integral, dedicam-se a esse grande empreendimento da ABEn. A Sra. Maria Palmiro Tito de Moraes, da OMS – Repartição Sanitária Panamerica, chegada ao Brasil em março... é um dos assessores do levantamento. A Sra. Maria Rosa, Presidente da Comissão Executiva...esteve na cidade em março a convite da Fundação Rockefeller, a fim de tomar parte em deliberações preliminares, juntamente com outras autoridades que cooperam com o levantamento. Tem mensalmente reuniões ora no Rio de Janeiro, ora em São Paulo, acertando as medidas principais. A presidente também noticiou em primeira mão... que a associação obteve uma doação da Fundação Rockefeller para esse importante estudo nos deverá revelar o estado atual da enfermagem. Todas as seções da ABEn e por intermédio, todos os seus associados deverão tomar parte nos trabalhos. É, pois, de interesse comparecerem às reuniões mensais das Seções, para aí terem comunicação do assunto. A Revista Brasileira de Enfermagem igualmente noticiará o andamento dos trabalhos (ABEn, p. 46, 1956).

Como se observa, a notícia veiculada na REBEn sobre o levantamento, abordou, de forma panorâmica, as primeiras providências realizadas pela ABEn; as enfermeiras envolvidas na fase inicial da pesquisa, bem como os cargos por elas ocupados. Ademais, os nomes registrados no excerto do texto publicado, evidencia que o apoio ao Levantamento foi realizado por agentes cuja autoridade profissional era reconhecida no campo da enfermagem. O texto comunica o apoio financeiro da Fundação Rockefeller, bem como o compromisso da ABEn, de manter comunicação sobre o assunto, através das Seções Estaduais, de seus associados e através da REBEn.

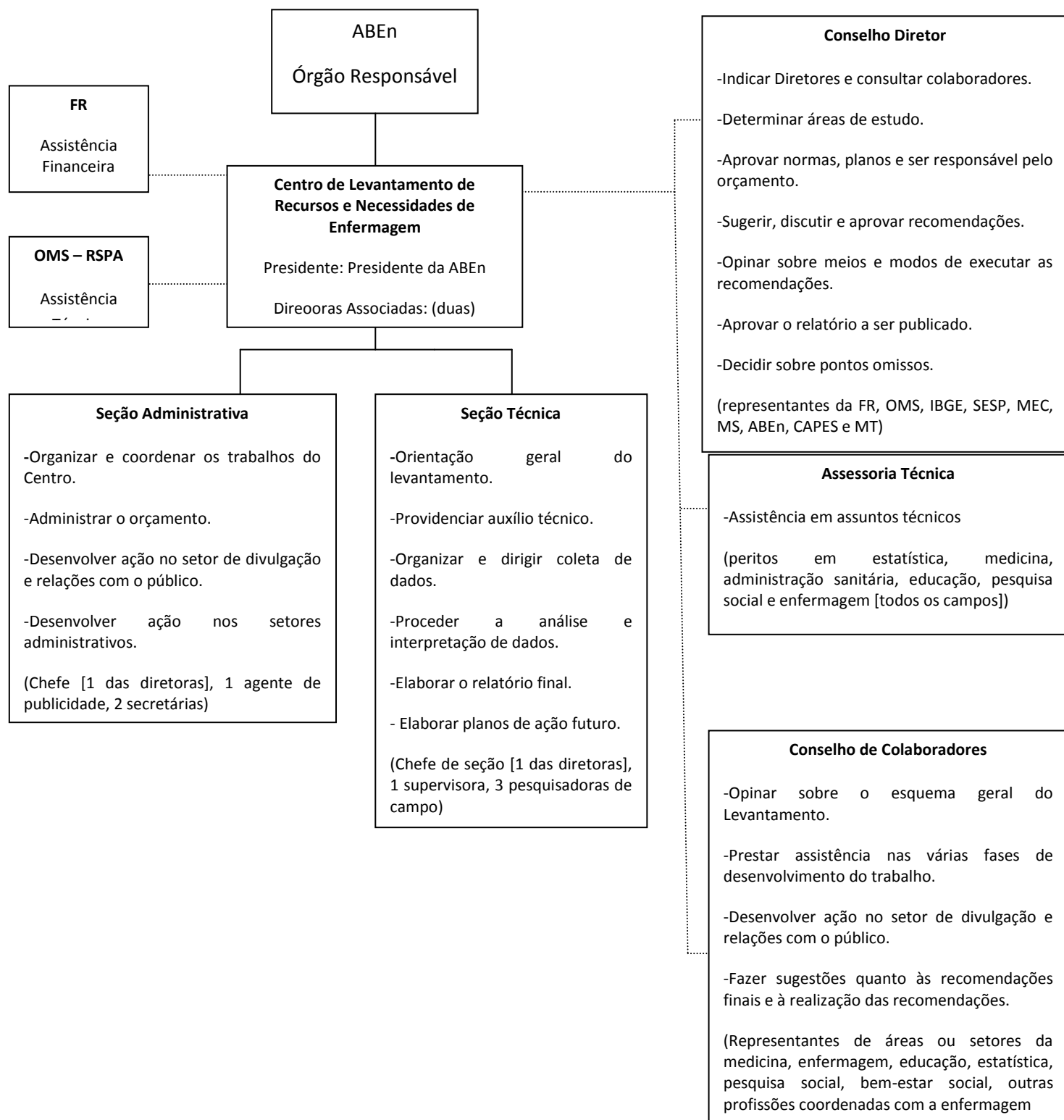
## **2.2 A formação dos Conselhos e das Comissões**

Considerando que a enfermagem não constitui um serviço isolado, eis que participa de um conjunto de serviços de saúde à comunidade e que muitos dos problemas relativos à profissão são igualmente da responsabilidade de outros profissionais, e que estas como qualquer outra profissão, necessita do apoio e assistência da coletividade, como, por exemplo, médicos, educadores, políticos, estatísticos, pesquisadores sociais, diferentes setores da enfermagem e pessoas da comunidade foram chamados a cooperar em todas as fases do Levantamento (VERDERESE, 1959).

Nesse sentido, formulou-se um plano, de modo a estabelecer o trabalho em conjunto com os elementos envolvidos, distribuindo-os em comissões e conselhos, com a determinação de responsabilidades de cada qual, como se pode observar no organograma exposto a seguir:

### Quadro nº 3

#### Organograma do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil



A ABEn foi designada como órgão responsável pelo desenvolvimento do projeto, cuja execução propriamente dita ficava a cargo do Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem, criado especificamente para desempenhar essa função. Como apresentado anteriormente, o Centro foi dirigido por uma presidente, nesse caso, a presidente da ABEn, Maria Rosa Sousa Pinheiro e duas diretoras: Haydée Guanais Dourado e Zilda Carvalho Hughes, até 1956 e por Maria de Lourdes Verderese, a partir de 1957 (CARVALHO, 1976).

A escolha de duas diretoras para o Centro decorreu de circunstâncias locais: Haydée se encarregou principalmente da parte administrativa e da publicidade, já Zilda e Maria de Lourdes foram responsáveis por chefiar a Seção Técnica (VERDERESE, 1959).

A Fundação Rockefeller e a OMS, através da Repartição Sanitária Panamericana, ficaram responsáveis por prestar assistência financeira e técnica, respectivamente. O apoio dessas instituições, entre outros fatores, vincula-se ao seu interesse no desenvolvimento da enfermagem no Brasil, no específico intento de melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados. À época, como exposto, a saúde da população era definida como estratégia política e econômica e, por isso, passou a ser alvo de investimentos.

Subordinadas ao Centro de Levantamentos foram criadas duas seções: uma técnica e outra administrativa: a Seção Técnica, também designada como Comissão Técnica, foi composta apenas por enfermeiras que se dedicavam ao desenvolvimento do projeto em tempo integral e trabalhavam em todas as fases do Levantamento. Olga Verderese supervisionava as três enfermeiras pesquisadoras: Celina Jaeger Biernfeld, Lenísia Costa Santos e Lourdes Torres Garcia (BRANDÃO, 1999). Essa Comissão era



responsável pela orientação geral do Levantamento; por providenciar o auxílio técnico; organizar e dirigir a coleta de dados; proceder à análise e interpretação dos dados; elaborar o relatório final e os planos de ação futura (VERDERESE, 1959).

A Seção Administrativa, dirigida por Haydée, era composta por um assistente de divulgação e duas secretárias. Suas funções eram: propor a organização do Centro, coordenar os trabalhos, administrar o orçamento, desenvolver relações públicas e divulgação, inclusive em coordenação com os Conselhos. As secretárias dessa Seção desempenhavam funções como: protocolar e arquivar documentos; convocar reuniões dos conselhos; efetuar, compras e fazer a contabilidade do Centro; datilografar o material da Seção Técnica e preparar ata das reuniões quando designadas. Ao assistente de divulgação competia a divulgação do Levantamento entre os membros de enfermagem, médicos e outros profissionais de áreas afins, entidades ou pessoas que poderiam contribuir para o progresso da enfermagem (ABEn, 1980).

O Conselho Diretor, órgão de deliberação máxima do centro, investido de autoridade administrativa, tinha a atribuição administração dos trabalhos do levantamento (VERDERESE, 1959), sendo o primeiro a ser formado. Suas funções foram definidas na primeira reunião do Conselho, realizada no dia 4 de junho de 1956, e incluíam: organizar o Conselho de Colaboradores; estabelecer e delimitar as áreas do problema a ser estudado; aprovar as normas e os planos de trabalho; fazer a revisão dos achados do Levantamento; considerar e adotar as recomendações finais; planejar a execução das recomendações; aprovar o relatório final e deliberar sobre qualquer outro assunto não especificado (ABEn, 1956).

A Assessoria Técnica era composta de uma enfermeira consultora da OMS, Maria Palmira Tito de Morais, um estatístico, um sociólogo, um antropólogo, dois médicos sanitaristas e mais duas enfermeiras (ABEn, 1956).

O Conselho de Colaboradores foi criado em coordenação com a Diretoria do Centro, com as funções de: examinar o esquema geral do Levantamento; dar apoio e prestar assistência, na qualidade de colaboradores, em várias fases do desenvolvimento do trabalho; desenvolver ação no aspecto de divulgação e relações públicas; assistir na seleção de problemas a serem estudados, que lhe foram submetidos pelo Conselho Diretor; fazer sugestões quanto às recomendações a serem feitas; fazer sugestões quanto aos meios e modos de dar execução às recomendações (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1980)

Os membros do Conselho de Colaboradores, 79 pessoas influentes (Apêndice 3), os quais representavam diferentes setores, a saber: da enfermagem, da medicina, da educação, da estatística e da pesquisa social da comunidade, foram indicados pelo Conselho Diretor. Como se pode inferir, a constituição desse Conselho não se baseou no critério da assistência em assuntos técnicos ou profissionais, mas na necessidade de conferir a cada um dos componentes uma orientação segura sobre a enfermagem brasileira e seus problemas. A instalação ocorreu em sessão solene, sob a presidência de Maria Rosa Sousa Pinheiro, no auditório do IBGE, no dia 4 de outubro de 1956.

Convidar pessoas influentes e representantes de setores profissionais diversificados e a realização de sessão solene no auditório do IBGE para Cerimônia de instalação desse Conselho de Colaboradores foi mais uma estratégia das enfermeiras envolvidas para conferir visibilidade ao projeto. Sem sombra de dúvida, o evento teve o efeito simbólico de demonstrar o capital social das enfermeiras, através dos diferentes

segmentos profissionais, participantes do projeto. Como elucidou Bourdieu (1998, p. 105), estratégias de demonstração de capital simbólico se fundamentam na crença de que a eficácia simbólica do ritual varia em função do grau de preparo dos destinatários, mais ou menos dispostos a acolhê-lo.

A sessão teve registro fotográfico (Fac Símile N° 02), que expõe a mesa de instalação, onde figuram seis pessoas, quatro homens e duas mulheres. Todos estão sentados, com exceção da quarta figura, da esquerda para a direita. A fotografia foi publicada na seção de Notícias e Comentários da REBEn, ano IX, nº 4, dezembro de 1956, para ilustrar a matéria intitulada “INSTALA-SE O CONSELHO DE COLABORADORES DO CENTRO DE LEVANTAMENTOS DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM”. A exposição da fotografia foi acompanhada da legenda: “A mesa que presidiu a instalação do Centro de Levantamento”.

#### **Fac Símile N °2**

#### **A mesa que presidiu a instalação do Centro de Levantamentos**



**Localização:** UFRJ, EEAN, Pavilhão de Aulas, Centro de Documentação, Revista Brasileira de Enfermagem, dezembro, ano IX, nº4, 1956, seção de notícias e comentários, p.295.

A foto reúne, a partir da esquerda: João Fabrício Godin, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; o deputado Lauro da Cruz; Ernani Braga, representante da Fundação Rockfeller; Maria Rosa Sousa Pinheiro, presidente da ABEn e do Centro; Edith de Magalhães Fraenkel<sup>10</sup>, Kenneth O. Courtney, representante da OMS. Fez também parte da mesa, porém não apareceu na foto, Luiz de Abreu Moreira, secretário Geral do IBGE.

A presença e a divulgação de figuras prestigiadas da sociedade brasileira na solenidade relativa à criação do Conselho de Colaboradores contribuíram para tornar o grupo de enfermeiras mais reconhecido perante seus pares e a sociedade. Como sublinhou Bourdieu (1989, p. 117), na luta pelo reconhecimento social “esse ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros”, resulta da objetivação e a oficialização da nomeação pública na presença dos demais grupos.

O espaço físico representado na fotografia é do auditório do IBGE. O ambiente exhibe mesa de grandes dimensões, apropriadas para eventos solenes: a parte central da mesa é mais alta que as laterais, fazendo sobressair a importância da pessoa ali sentada. No caso da fotografia em comento, Maria Rosa S. Pinheiro, presidente da ABEn e do Centro, ocupa a honrosa posição.

Na mesa, vêm-se papéis, copos, cinzeiros e um microfone, à direita de Maria Rosa Sousa Pinheiro, e campainha sonora à sua frente, com a finalidade de servir de material de apoio para ordenar o transcurso da sessão. No canto direito da fotografia, no

---

<sup>10</sup>Foi a primeira presidente da ABEn, acumulando em sua carreira profissional três mandatos como presidente da Associação, foi idealizadora e incentivadora da REBEn, sendo redatora chefe por muitos anos, foi a organizadora e primeira diretora da Escola de Enfermagem da USP, fundada em 1942, permanecendo nesse cargo até 1955, onde se aposentou e mudou-se de São Paulo para o Rio de Janeiro. Mesmo aposentada, dedicou boa parte de seu tempo ao Levantamento.

chão, há um arranjo de flores. O grupo está disposto em um único plano horizontal. A figura central da foto é Maria Rosa Sousa Pinheiro, ladeada à direita por Ernani Braga, representante da Fundação Rockefeller no Brasil e à esquerda por Edith de Magalhães Fraenkel. Maria Rosa apoia as mãos na mesa e, ao que tudo indica, está fazendo uso da palavra.

Com as Comissões e Seções formadas e estabelecidas suas funções, era preciso tomar um ponto de partida. Para deliberar sobre as próximas ações, promoveram-se reuniões de todos os envolvidos, registrou-se o planejamento em atas, de modo a garantir o prosseguimento lógico dos trabalhos, com base nas resoluções e providências combinadas. Uma das primeiras iniciativas foi a delimitação do âmbito do estudo.

A determinação das áreas de investigação levou em conta os recursos materiais e de pessoal disponíveis e o fato de que, não raro, os problemas específicos assumem proporções mais exatas quando examinados em conjunto, no contexto geral. Foi então decidido que o Levantamento teria âmbito nacional (VERDERESE, 1959).

Em continuidade, elaborou-se o orçamento financeiro do projeto, em cumprimento à exigência da Fundação Rockefeller, para liberação do recurso. O orçamento foi apresentado por Haydée Guanais Dourado, sendo aprovado pelo Conselho Diretor, em sua segunda reunião, em 06 de junho de 1956. Na oportunidade, antes de expor a proposta de orçamento para execução do Levantamento, Haydée mencionou a dificuldade de prever-se a despesa total, devido ao crescente aumento no custo de vida e à falta de experiência, pois ainda não havia no país experiência de pesquisa de tamanha abrangência. (ABEn, 1956).

Devido às dificuldades de prever, com precisão, os gastos para execução do Levantamento, julgou-se inoportuno aprovar nessa reunião um orçamento para o ano

seguinte, ou seja, 1957, sendo aprovado apenas o orçamento para 1956. Calculou-se que a despesa total do Levantamento seria de aproximadamente 30 mil dólares, podendo este ser revisto, com base na experiência do primeiro ano de trabalho (ABEn, 1956). Cumprida a exigência a Fundação liberou, para 1956, a quantia de 10 mil dólares.

Na segunda reunião do Conselho de Colaboradores, também foram sugeridos alguns pontos relevantes a incluir no estudo. As sugestões partiram de Ernani Braga (FR) e Anísio Teixeira (CAPES), demonstrando mais uma vez o interesse de duas poderosas instituições em entender melhor a enfermagem em nosso país.

Ernani Braga salientou que o trabalho deveria ser dividido em duas fases, uma relacionada com o pessoal de enfermagem e a outra com as instituições de ensino. Anísio Teixeira sugeriu que fossem investigados os seguintes pontos: o nível de pessoas que praticavam a enfermagem no Brasil (todos os grupos, desde os analfabetos até os diplomados por escolas de enfermagem); proporção de pessoas em cada nível e as funções que exerciam (ABEn, 1956). O excerto transcrito a seguir descreve detalhes das sugestões:

(...) a análise dessas funções seria especialmente importante para esclarecer o que é a enfermagem no Brasil. Os dados poderiam indicar, por exemplo, quantos analfabetos aplicam injeção e quais as atividades dos atendentes nos hospitais. A base desses dados poder-se-ia fazer um plano que visasse o aperfeiçoamento (por meio de programas de 'educação em serviço') do pessoal que já está trabalhando e que determinasse quais escolas e cursos necessários para a formação do pessoal em diferentes níveis. (ABEn, 1956).

Essas duas sugestões demonstram o desconhecimento do que realmente é enfermagem e que o interesse não se restringia a melhorar a qualidade do preparo de novos enfermeiros, mas também tentar, através da educação em serviço, aprimorar o atendimento prestado nos estabelecimentos de saúde. O fato de a enfermagem não

contar ainda com órgão fiscalizador próprio agravou o problema de desconhecimento da profissão, pois um atendente ou uma enfermeira diplomada por escola reconhecida poderiam exercer as mesmas funções, e serem designados como enfermeiros.

Durante a reunião, Maria Rosa informou que estava sendo elaborado pela Comissão Executiva do Centro um esquema para o Levantamento, e que esse deveria acolher as considerações do Conselho (ABEn, 1956). Depois, analisado por vários especialistas nas áreas de assistência hospitalar, de saúde pública e do ensino da enfermagem, o Esquema Geral do Levantamento (Anexo 3) foi aprovado em outubro de 1956. À medida que ocorriam as reuniões do Conselho Diretor, o esquema sofria as adaptações necessárias, sendo iniciada a coleta oficial dos dados em 1957 (CARVALHO, 1976).

O esquema abarcou cinco áreas: Enfermeiros em Atividade e Inativos; Enfermagem Hospitalar; Enfermagem de Saúde Pública; Escolas de Enfermagem e Escolas de Auxiliar de Enfermagem. Os objetivos foram os seguintes: situar o desenvolvimento da enfermagem na estrutura sócio- econômica e cultural do Brasil; conhecer o potencial humano de que dispõe a enfermagem em seus diferentes setores de atividade; determinar se o tipo de ensino ministrado nos cursos de enfermagem e de auxiliar e a produção quantitativa das escolas correspondiam às necessidades de enfermagem do país; conhecer as condições atuais e determinar às necessidades dos serviços de enfermagem hospitalares e de Saúde Pública (CARVALHO, 1976).

A terceira reunião do Conselho Diretor ocorreu no dia 13 de dezembro de 1956, quase sete meses após o encontro anterior. Na oportunidade, apresentou-se o resumo dos trabalhos efetuados até o momento, além de dois outros assuntos importantes: o tipo de amostra para coleta de dados do estudo e a aprovação do orçamento referente aos

anos de 1956 a 1958. Quanto à amostra, é válido destacar o seguinte trecho da ata da referida reunião:

O senhor Coelho Rodrigues explica quais os dados já coletados pelo IBGE e como esses dados estão sendo estudados para divisão de zonas geográficas do levantamento e escolha da amostra ou amostras. Depois de ampla discussão foi aprovado o seguinte: a) as áreas de estudo serão selecionadas por amostristas do IBGE e demais membros da Assessoria Técnica. Esse estudo será encaminhado ao Conselho Diretor para aprovação. b) será realizado primeiramente, um estudo inicial em área designada dentre as escolhidas pela Assessoria Técnica. c) ao estudo inicial seguir-se-ia a apresentação de um relatório dessa fase do trabalho (ABEn, 1956, p. 9).

Ao final de 1956, toda a verba concedida pela Fundação Rockfeller foi aplicada, conforme previsão orçamentária. Para a liberação do restante dos recursos, o triplo da primeira, apresentou-se novo orçamento. Esse tomou como referência o esquema do Levantamento, elaborado pela Secretaria Executiva com o auxílio de outros profissionais. O orçamento foi aprovado pelo Conselho Diretor em sua terceira reunião ordinária (ABEn, 1956). Com efeito a estratégia de obter assessoria à elaboração do orçamento exigido pela Fundação Rockfeller ratifica o empenho da ABEn no tocante à execução do projeto, ao mesmo tempo em que evidencia o capital social das enfermeiras encarregadas do mesmo.

O orçamento aprovado foi encaminhado à Nova York, sede da Fundação Rockfeller, juntamente com o pedido de Maria Rosa S. Pinheiro de que fosse concedido um aumento da doação para continuação dos trabalhos. O pedido ficou de ser considerado em reunião da Fundação Rockfeller prevista para o início de 1957. Como alternativa para suprir os gastos necessários, o Dr. Robert Briggs Newton, representante para a América do Sul da Fundação Rockfeller, tomou a iniciativa de, em nome dessa Fundação, oferecer ao Centro de Levantamentos um empréstimo da quantia necessária para os trabalhos de janeiro a fevereiro de 1957 (ABEn, 1957).



Esse empréstimo demonstra que, mesmo descapitalizado financeiramente, o Centro detinha confiança, em virtude do rigor do trabalho, desde a sua implantação e do prestígio das enfermeiras da ABEn responsáveis pela coordenação dos trabalhos. Em termos gerais, a concessão demonstra a conversão do capital social e simbólico em capital econômico.

No início de 1957, resolvido o problema financeiro, pelo menos temporariamente, foram apresentados os primeiros resultados do Levantamento. Na quarta reunião do Conselho Diretor ocorrida em 31 de janeiro desse ano, Haydée fez menção à elaboração de um cadastro de enfermeiras baseado em informações sobre a relação de diplomadas enviadas pelas escolas oficiais de enfermagem reconhecidas no país (ABEn, 1957). Ela esclareceu que o número de diplomadas era de 4.517 enfermeiras no Brasil e 31 formadas no exterior, cujos diplomas já haviam sido revalidados. Com base nesses dados, em fevereiro desse ano foi iniciado em todo país, por meio das Seções Estaduais da ABEn, a investigação sobre os enfermeiros ativos e inativos, mediante aplicação de questionário enviado às seções (CARVALHO 1976, p. 288).

Nessa reunião ficou decidido que, para o estudo de número e distribuição de enfermeiros ativos, o IBGE colaboraria remetendo a todo Brasil, juntamente com a XXI Campanha Estatística, um questionário com vistas à obtenção de informações sobre a relação nominal dos enfermeiros que trabalhavam nas instituições hospitalares e congêneres, além da escola onde cada um se diplomou.

À medida que os dados eram coletados, veiculavam-se os resultados. Na edição de junho da REBEn de 1957, noticiou-se que, até maio daquele ano, o país contava com 34 Escolas de Enfermagem (13 públicas e 21 particulares), sendo que, do total, 10

faziam parte de Universidades, distribuídas nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Todavia, o quantitativo de 24 escolas que não faziam parte de Universidade poderia ser menor, se fossem computadas as que se encontravam em processo de integração a Universidades Quanto à direção, as 34 escolas eram assim distribuídas: 19 por enfermeiras de congregações religiosas e 15 por enfermeiras leigas (ABEn, 1957, p. 107).

Outro aspecto abordado na notícia foi o reduzido número de enfermeiras diplomadas pelas escolas, ainda incompatível com as necessidades presentes e principalmente futuras, tendo em vista o acelerado ritmo do crescimento populacional, além de outros fatores, como desenvolvimento progressivo de uma “consciência sanitária” na população e a criação de novos hospitais e centros de saúde.

Nesse contexto, também foi mencionado um projeto de Lei de reforma do ensino da enfermagem, por meio do qual se cogitava criar um curso de enfermagem de nível médio para formação de técnicos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1957). A notícia publicada na REBEn punha em relevo a importância do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, configurando-se em alternativa para o problema detectado com objetividade, a partir dos resultados do Levantamento em curso.

Os trabalhos referentes às áreas de Enfermagem Hospitalar e de Saúde Pública, considerados os mais complexos, foram iniciados em agosto de 1957. No primeiro semestre desse ano, realizou-se o planejamento e elaboração minuciosa dos questionários e determinação das amostras para os estudos das duas áreas.

A apresentação das amostragens eleitas para esse estudo foi resumida pelo Sr. Kessel na quinta reunião do Conselho Diretor, ocorrida em 20 de agosto de 1957, nos seguintes termos:

Foram organizados conglomerados de hospitais incluindo-se um total de 10% dos hospitais localizados no Distrito Federal, São Paulo e Recife, e 5% do total dos demais hospitais brasileiros, os hospitais de 500 leitos ou mais em todo país foram incluídos. O Sr. Coelho Rodrigues informa que será possível uma estratificação a posteriori, com o processo que foi utilizado na amostra (ABEn, 1957, p. 4-5).

Em continuidade, as quatro enfermeiras pesquisadoras de campo sob a coordenação de Olga Verderese, passaram a fazer a coleta dos dados nessas duas áreas, com previsão para terminá-la em dezembro do mesmo ano, o que só ocorreu em janeiro do ano seguinte (CARVALHO, 1976). O excerto transcrito a seguir descreve sucintamente o trabalho executado pelas pesquisadoras:

Iniciou-se então, no mês de agosto o Inquérito sobre serviços de enfermagem em hospitais e unidades sanitárias, sendo visitados inicialmente 38 hospitais, bem como, unidades sanitárias situados no Distrito Federal do Rio de Janeiro. De acordo com o programa elaborado, trezentos hospitais de vários tipos, selecionados em todo país, na forma de uma amostra para esse estudo, serão visitados pelas pesquisadoras do Centro. De estudo, pois, desses trezentos hospitais obter-se-á por extensão um quadro geral da situação que prevalece na enfermagem, dos 2.345 hospitais atualmente existentes no Brasil. As unidades sanitárias estão sendo igualmente visitadas a partir de setembro, tendo em vista o mesmo objetivo referido aos hospitais (ABEn, 1957, p. 295).

Como exposto, essa parte da pesquisa foi a mais difícil de ser executada, principalmente devido à extensão territorial do Brasil como indicado no trecho exposto a seguir:

Dentre as muitas dificuldades que tivemos que enfrentar, uma referia-se às distancias. Viajar pelo Brasil em 1957 não era brincadeira. Utilizávamos, felizmente, o transporte aéreo que existia na ocasião, a REAL, que ia a quase todos os lugares do Brasil; onde houvesse um campinho, um DC 3 lá descia... Algumas vezes fazíamos o levantamento dos dados em conjunto, isto é, as três enfermeiras juntas; outras vezes íamos sozinhas. Eu por

exemplo, fiz a região centro-oeste sozinha. A dificuldade era justamente chegar nos lugares que haviam caído na amostragem. Eu viajei de DC 3, ônibus, jardineira, jeep, trem; só não viajei de barco, mas até a pé tive que andar... Toda essa experiência, adquirida em apenas dois anos, aproximadamente, me proporcionou uma bagagem de conhecimentos correspondentes a dez anos de atividade profissional normal o que, evidentemente, me deu grande vantagem na carreira profissional (...) (CARVALHO, 1976, p. 308).

Essa fala demonstra o engajamento profissional das enfermeiras no cumprimento das tarefas que exigiram esforços mentais e físicos. Também ficou claro que essa árdua etapa de coleta de dados deveria ficar a cargo de enfermeiras. Além da capacidade para o trabalho, elas foram selecionadas por serem pessoas de confiança de Maria Rosa S Pinheiro.

É interessante ressaltar que, no processo de seleção, a prática com pesquisa não foi considerada; não obstante, as selecionadas detinham conhecimentos teóricos, baseados em leituras de livros sobre o processo de pesquisa (BRANDÃO, 1999). Sobre a técnica de coleta de dados, Maria Rosa S Pinheiro assim se manifestou:

(...) Lourdes ficou com as funções técnicas. E foi assim que se fez o Levantamento. Pelo Brasil todo... Uma das grandes dificuldades foi que não havia meios de conseguir do SESP a parte de estatística. Ia ficar para o SESP fazer, e não consegui fazer um corte, uma amostra para o Brasil inteiro, afinal. Tinha chegado um técnico americano ou um estatístico americano. Com uma nova técnica, e aplicou no Levantamento. Eles reuniram grupos de entidades de serviço. Assim locais pelo Brasil inteiro, como se fossem cachos, eram chamados mesmo “técnica de cachos” e depois sorteava os cachos (DOURADO, 1993).

Enquanto a Seção Técnica envolveu-se na coleta de dados, a Seção Administrativa do Centro, coordenada por Haydée Gauanais Dourado, desenvolvia ações de divulgação e relacionamento com o público acerca do Levantamento.

Com essa veiculação, buscou-se obter apoio e colaboração às ações do Levantamento de diferentes segmentos da sociedade, especialmente da classe médica,

de grandes áreas da administração pública e da própria classe de enfermeiros e profissionais afins. As atividades de divulgação foram constantes do começo ao fim dos trabalhos, através da publicidade de viva-voz, cartazes e impressos, jornais, revistas e imagens na televisão (ABEn, 1980, p. 7-8). A REBEn foi o principal veículo de divulgação desse trabalho. Informações referentes ao Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil na Seção de Notícias e Comentários da Revista foram constantes.

Na coleta de dados para a presente dissertação, no que se refere ao período de elaboração do Levantamento, identificamos 16 notícias, sendo quatro acompanhadas de fotografias, 09 tratam de doações provenientes de instituições prestigiosas, concessões de entrevistas, participações em congressos e visitas ilustres, denotando o prestígio da ABEn e, por conseguinte, o crédito simbólico atribuído ao Levantamento; e sete descrevem as principais atividades realizadas em prol da execução do Levantamento, fazendo uma espécie de prestação de contas às pessoas e instituições que, de alguma forma, estavam envolvidas no estudo.

Os dados obtidos sugerem que, no ano 1955, nada se publicou referente ao Levantamento na REBEn. Depreende-se que tal silêncio se deve ao fato de que a primeira reunião ocorreu em 8 de julho de 1955. Provavelmente por isso, na edição de março de 1956, a REBEn publicou as primeiras notícias sobre o Levantamento. Nessa edição, ao mesmo tempo em que se prestam informações sobre as primeiras iniciativas em prol do Levantamento, também se reafirma o compromisso com o desenvolvimento da profissão, mediante a divulgação da pesquisa, contribuindo para o reconhecimento da competência e autoridade científica das enfermeiras nos assuntos ligados à sua prática profissional.

A veiculação de informações acerca do prestígio e da visibilidade que o Levantamento proporcionaria à enfermagem brasileira através da ABEn reafirmava o valor e a credibilidade da pesquisa em andamento. A estratégia tinha o intuito de transmitir confiança e fazer com que a categoria colaborasse, fornecendo dados para o Levantamento, cujo êxito dependia de dados fidedignos. O trecho a seguir faz referencia a essa estratégia:

A Associação Brasileira de Enfermagem solicitou e obteve uma doação da Fundação Rockefeller e ainda auxílio substancial da Organização Mundial de Saúde – Repartição Sanitária Panamericana e está levando a efeito os trabalhos do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem. Temos esperança de que o projetado estudo venha trazer maior clareza a problemas de grande interesse para o desenvolvimento dos programas de saúde, e que as diretrizes para formação de enfermeiros e demais profissionais da categoria da enfermagem possam depois do estudo possam ser traçadas com fundamento em fatos. No empreendimento tomam parte ativa, além das enfermeiras, a repartição nacional de estatística, órgãos de sete Ministérios. Órgãos de previdência, associações de médicos sanitaristas, assistentes sociais, imprensa, representantes do público consumidor e pessoas que têm tido influência no movimento da enfermagem moderna no Brasil (...) (ABEn, 1956, p. 171) (...) Todas as Seções da ABEn e, por intermédio, todos seus associados deverão tomar parte nos trabalhos. É, pois, de interesse comparecerem às reuniões mensais das Seções, para ai terem comunicação do assunto (ABEn, 1956, p. 46).

Outra medida utilizada pela ABEn, como indica o trecho aqui apresentado, foi a divulgação de que a Fundação Rockefeller financiava o projeto. Como ressaltado, esse subsídio traz subjacente a confiança da prestigiosa Fundação na ABEn e na enfermagem brasileira. Cabe recordar que, a partir da chancela da mencionada Fundação, outras instituições decidiram apoiar o projeto.

Outro recurso utilizado pela Seção Administrativa foi a divulgação dos vínculos sociais e visibilidade do Centro, particularmente na fase final do trabalho, quando foi visitado por importantes nomes da saúde, no plano internacional. Entre outros, merecem destaque os seguintes: Dr. M. Gomes Candau, à época, Diretor Geral da OMS, Sra. Mei-Mi-Wang, nascida na China, instrutora e supervisora da Escola de

Enfermagem da Universidade de Cornell/EUA, acompanhada de seu esposo, o professor de fisiologia, Shih. C. Wang, da Universidade de Columbia, EUA e do Professor Atcheley, catedrático de clínica médica da Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de Columbia, EUA.

Houve registro de imagens da visita do Dr. M. Gomes Candau ao Centro de Levantamento (Fac símile nº3). A fotografia foi publicada na Seção de Notícias e Comentários da REBEn, em setembro de 1957 para ilustrar a matéria intitulada “RECEBE VISITANTES ILUSTRES O CENTRO DE LEVANTAMENTOS DA ABEn”. A fotografia é acompanhada da seguinte legenda: “Flagrante da visita do Dr. M. Gomes Candau ao Centro de Levantamentos”, a qual orienta o olhar do leitor para o ilustre representante da OMS.

### **Fac Simile Nº 3**

#### **Flagrante da visita do Dr. M. Gomes Candau ao Centro de Levantamentos**



**Localização:** UFRJ, EEAN, Pavilhão de Aulas, Centro de Documentação, Revista Brasileira de Enfermagem, setembro, ano X, nº3, 1957, seção de notícias e comentários, p.296.

Na senda interpretativa, reitera-se que essa estratégia contribui para criar representações mentais favoráveis acerca das relações sociais das enfermeiras responsáveis pelo projeto, as quais contribuem para conferir crédito simbólico ao mesmo.

O espaço físico representado na fotografia é o Centro de Levantamentos. Figuram na fotografia quatro pessoas, dois homens e duas mulheres, todos sentados ao redor de uma mesa. O primeiro, à esquerda é o Dr. Candau; a terceira, que segura uns papéis que parece ler é Maria de Lourdes Verderese. Não foi possível identificar a segunda e a quarta figura. Os presentes na composição fotográfica parecem escutar atentamente a leitura dos documentos.

Em fevereiro de 1958, foi concluída a coleta de dados. À medida que os dados eram tabulados e interpretados, o Conselho Diretor apresentava relatórios parciais, com a discussão dos resultados encontrados. O plano do Centro de Levantamento era concluir o Relatório Final dos trabalhos em outubro de 1958.

Concomitante ao processo de finalização da pesquisa, promoveu-se em Salvador, Bahia, entre 6 a 15 de julho, um Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem. O evento foi de iniciativa da OMS, em atendimento à solicitação da ABEn à Repartição Sanitária Panamericana, por intermédio do MS. O objetivo da solicitação da ABEn era compartilhar a experiência obtida durante o Levantamento com os países que demonstraram interesse em conhecer as técnicas empregadas e os resultados obtidos (FREIRE, 2011). Ademais, a Associação esperava contar com o apoio especializado dos participantes na elaboração final das recomendações do Levantamento, o que, na verdade, ocorreu, principalmente no que se



refere à Enfermagem de Saúde Pública e ao Ensino de Enfermagem (CARVALHO, 1976).

Em termos gerais, o Seminário Didático Internacional comportou os seguintes objetivos: demonstrar as técnicas de levantamento aplicáveis aos estudos de enfermagem, proporcionando informações básicas sobre esse processo de investigação e permitindo sua discussão; despertar o interesse nas enfermeiras pela realização de levantamentos que, assegurando ideia mais clara da situação da enfermagem, que lhes permitissem traçar, com mais segurança, planos relacionados a prestação de serviços de enfermagem, de acordo com a realidade social, econômica e cultural desses países. (BRANDÃO p. 212, 1999)

Participaram do planejamento e organização desse seminário a ABEn, por meio de sua Seção Estadual da Bahia e pelo Centro de Levantamento; a Universidade Federal da Bahia (UFBA), representada por sua Escola de Enfermagem; o Serviço de Saúde Pública dos EUA, mediante sua Divisão de Recursos de Enfermagem e Divisão de Enfermagem de Saúde de Saúde Pública; a Fundação Rockefeller e a Administração de Cooperação Interamericana. Dez países foram convidados a participar do Seminário: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México, Panamá, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela (CARVALHO, 1976).

Por sua importância, houve registro fotográfico do Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem (Fac símile nº4). O documento exposto a seguir apresenta nove pessoas: oito mulheres e um homem. A foto foi publicada na seção de Notícias e Comentários da REBEn, setembro de 1958 para ilustrar a matéria intitulada “SEMINÁRIO DIDÁTICO INTERNACIONAL SOBRE LEVANTAMENTOS DE ENFERMAGEM”.

## Fac-símile Nº 4

### Seminário Didático Internacional sobre levantamentos de Enfermagem



**Localização:** UFRJ, EEAN, Pavilhão de Aulas, Centro de Documentação, Revista Brasileira de Enfermagem, setembro, ano XI, nº3, 1958, seção de notícias e comentários, p.298.

A fotografia é acompanhada da seguinte legenda: “Na foto, da esquerda para direita, a Sra. Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, Presidente da ABEn, Seção da Bahia, Sra. Maria Palmiro Tito de Moraes, consultora da OMS, Sra. Maria de Lourdes Verderese, diretora-associada do Centro de Levantamentos, Dr. Kenneth O. Courtney, representante da V Zona da Repartição Sanitária Panamericana OMS, Sra. Olga Verderese, supervisora do Centro de Levantamento, Miss Virginia Arnold, diretora assistente da Fundação Rockefeller, Miss Apollonia Adams, chefe da Divisão de Enfermagem do Departamento Nacional de Saúde Pública dos EUA, Sra. Agnes Waddell Chagas, Consultora Regional de Enfermagem OMS, Sra. Hilda Lozier, consultora de enfermagem de Zona, OMS ”.

O espaço físico representado na fotografia é provavelmente uma das dependências da UFBA, onde ocorreu o seminário. Os retratados estão todos de pé. No primeiro plano, encontram-se as oito mulheres e, no segundo plano, tem-se o único homem presente no espaço fotográfico, o qual se encontra quase no centro da composição fotográfica, atrás da quarta figura retratada. Ele está de terno escuro e as mulheres em traje de passeio completo. Todos sorriem e apenas uma das fotografadas, a segunda, da esquerda para a direita, parece olhar para a objetiva da câmera. Ao fundo da composição fotográfica, vê-se uma estante que abriga objetos de decoração.

A relevância do evento foi destacada por estudiosos da história da enfermagem, nas últimas décadas. Por exemplo, Brandão (1999) concluiu que a década de 1950 foi marcada pela realização do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil e do Seminário de Pesquisa, os quais, conforme a análise em tela foram muito importantes para organização da comunidade científica de enfermagem e, por consequência, do campo científico. Nesse Seminário, a comunidade de enfermagem brasileira teve significativa oportunidade de intercâmbio com seus pares, no âmbito internacional, debatendo a temática de pesquisa com especialistas oriundos de vários órgãos nacionais e internacionais.

Os resultados do Seminário Didático Internacional foram apresentados na 6ª Reunião do Conselho Diretor, em 7 de agosto de 1958. O texto transcrito em continuidade expõe síntese das considerações pontuadas na reunião:

(...) Sobre os resultados, referiu no interesse despertado entre os países participantes, em conhecer minuciosamente todas as etapas do levantamento e que lhes foi proporcionado. Fez referência a grande cooperação que a OMS recebeu do Ministério da Saúde, Universidade da Bahia e Associação Brasileira de Enfermagem ao levar a efeito o seminário.. A seguir a Sra. Haydée Dourado acrescentou ter sido ter sido incomum a presteza com que a coordenadora do seminário fez distribuir entre os participantes simultaneamente à sua apresentação, cópias em mais de uma língua, dos trabalhos do seminário. A Sra.

Maria Rosa S. Pinheiro enalteceu os resultados do Seminário para ABEn, referindo-se especialmente ao trabalho desenvolvido por brasileiros ao estudarem os dados de enfermagem colhidos e tabulados pelo Centro de Levantamento, traçando-lhe recomendações (ABEn, 1958, p. 2).

Como se pode depreender, a realização do Seminário Didático Internacional simboliza ganho simbólico advindo da realização do Levantamento, que tornou viável divulgar, internacionalmente, pesquisa de grande porte realizada pelas enfermeiras brasileiras, através de sua Associação. Na oportunidade, as enfermeiras ampliaram e atualizaram seu capital social, mediante o intercâmbio profissional, entre outros ganhos, como exposto ao longo do capítulo. Em termos pontuais, o seminário também possibilitou a atualização de conhecimentos com vistas ao Relatório Final do projeto, em especial no que se refere às recomendações.

Retornando à questão da finalização do Levantamento, outro importante aspecto discutido na 6ª reunião do Conselho Diretor diz respeito ao recurso financeiro insuficiente para conclusão do trabalho. Diante do desafio, discutiu-se e aprovou-se a decisão de solicitar à Fundação Rockefeller uma terceira doação para suprir o déficit financeiro. O excerto transcrito a seguir expõe detalhes dessa discussão:

A Sra. Presidente e os membros passaram a examinar o demonstrativo, distribuído, sobre as despesas previstas para a conclusão dos trabalhos, explicando D. Haydée que não é suficiente a quantia atual da receita, proveniente da 2º doação feita pela Fundação Rockefeller. (...) Para cobrir-se o déficit, estimado em 99.518, 90 cruzeiros. Dr. Ernani Braga diz ser cabível solicitar-se uma nova pequena doação suplementar. (...) Dada a desvalorização do cruzeiro (...) talvez possa a Fundação atender o pedido de uma 3º doação de pequena monta, para complementar os trabalhos. O Conselho autorizou ao Centro fazer-se o pedido da quantia equivalente ao déficit estimado (ABEn, 1958, p. 5).

A pauta da reunião incluiu a falta de previsão orçamentária para a impressão do Relatório Final e para tradução do mesmo em inglês. Para dar conta dessa demanda,

aventou-se a possibilidade de solicitar o auxílio da CAPES. Também se identificou a necessidade de solicitar ajuda do SESP para a impressão em multilite<sup>11</sup> do Relatório Final (ABEn, 1958).

Como se pode inferir, os meses finais de funcionamento do Centro de Levantamento foram marcados por dificuldades alusivas ao financiamento desta etapa do Levantamento.

Apesar dos esforços para a obtenção de recursos financeiros, a redação final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil não estava concluída por ocasião do XI CBEn, realizado em Recife, entre os dias 14 a 17 de outubro de 1958. No entanto, nesse evento, a Seção Técnica do Centro apresentou os principais dados do Levantamento. Nesse congresso, discutiu-se a necessidade de criação de um órgão que desse prosseguimento e coordenasse a execução das recomendações do Levantamento, aprovando-se a seguinte recomendação ao final do mesmo: *“Que o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem fez recomendações À ABEn que visem a melhoria da enfermagem no Brasil; que essas recomendações devem ser postas em execução o mais cedo possível”* (ABEn, 1958, p. 337).

Em consequência, na Assembléia Geral da ABEn, homologou-se a recomendação de criação de dois órgãos responsáveis pela continuidade do Levantamento: um Conselho Diretor, com função deliberativa e uma Comissão Executiva, com atribuição de coordenação. O Congresso recomendou ainda que a ABEn estimulasse a criação de órgãos correspondentes em suas Seções, em âmbito

---

<sup>11</sup> Máquina de imprimir que opera baseada no princípio da litografia, comumente usada para se obterem impressos comerciais em escritórios, ou folhetos de pequena tiragem.

estadual. Por fim, resolveu-se solicitar à Fundação Rockefeller os recursos necessários para manter a Comissão Executiva de Seguimento<sup>12</sup> (CARVALHO, 1976).

O Relatório Final do Levantamento foi entregue ao Conselho Diretor em sua última reunião, em 30 de outubro de 1958. Colaboraram com a redação do Relatório Final as enfermeiras Maria Lourdes Verderese, Olga Verderese e Haydée Guanais Dourado. Esse relatório contém 46 recomendações dirigidas ao Ministério de Educação, ao Ministério da Saúde, às universidades e legisladores, aos Serviços de Enfermagem em Unidades Sanitárias e Hospitalares, à Conferência dos Religiosos do Brasil, às instituições que mantinham escolas de enfermagem, às Escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e à própria ABEn (ABEn, 2004).

Em decorrência de ter sido empreendimento auxiliado por múltiplos órgãos, não foi possível estabelecer previsão orçamentária completa e então a ABEn não conseguiu editar o Relatório Final, logo após sua conclusão. A publicação em português pela ABEn, só ocorreu em 1980, mesmo assim em número limitado, com exemplares distribuídos apenas às bibliotecas de enfermagem de referência no país e às principais escolas de enfermagem (CARVALHO, 1976 p. 305).

Mesmo com as dificuldades enfrentadas referentes à execução das recomendações do Relatório Final, a relevância do estudo foi muito expressiva para a enfermagem, vez que contribuiu para o aumento do prestígio e do reconhecimento da ABEn, que passou a ser ouvida, quando se discutiam questões de interesse da categoria. De forma específica, o Levantamento influenciou no campo da legislação, do ensino e da prática da enfermagem.

---

<sup>12</sup> Recomendação nº 10 do XI CBEEn ocorrido em 1958.

Em virtude da recomendação nº 10 do XI CBEn, referente aos recursos necessários para manter a Comissão Executiva de Seguimento do Levantamento, uma Comissão Especial, composta por Maria Rosa Sousa Pinheiro, Maria de Lourdes Verderese, Haydée G. Dourado e outras enfermeiras com experiência nos vários campos da enfermagem formularam um plano para execução das recomendações do Levantamento, o qual foi apresentado e aprovado na última reunião do Conselho Diretor em 30 de outubro de 1958 (ABEn, 1958).

No período compreendido entre 1959 a 1960, a ABEn incentivou o cumprimento das recomendações do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, diretamente, ou por intermédio das Seções Estaduais. A partir de fevereiro de 1961, por intermédio de uma Comissão de Seguimento do Levantamento (constituída de duas enfermeiras e uma secretária, sob o comando da presidente da Associação prosseguiu no intento de buscar a execução dessas recomendações (CARVALHO, 1976).

A Associação obteve a doação de 10 mil dólares da Fundação Rockefeller, pelo período de um ano, a contar de março de 1961, sendo US\$7 mil destinados à Comissão de Seguimento e US\$ 3 mil à REBEn. Extinto o período de financiamento pela Fundação Rockefeller, os trabalhos da Comissão precisaram ser totalmente modificados, diminuindo o ritmo e os campos em que eram desenvolvidos, até que se conseguisse novo auxílio financeiro (CARVALHO, 1976).

Após dois anos de negociações, sem resultados, a diretoria da ABEn concluiu que somente poderia contar com recursos próprios. Eis porque, em julho de 1963, foi extinta a Comissão de Seguimento, substituída por uma Comissão Especial de Documentação (CARVALHO, 1976).

Atualmente, o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil é considerado por diversos autores como marco da pesquisa em enfermagem, que merece ser conhecido e explorado, com vista não apenas ao enriquecimento e contribuição para a História da Enfermagem Brasileira, mas também como elemento de construção da identidade profissional, tão preconizada nos dias atuais.

Considerando seus propósitos, este estudo não teve pretensão de analisar os desdobramentos do Levantamento, o que, certamente, instigará outros pesquisadores, preocupados com a construção dessa versão da história...



**Considerações**

**Finais**

A ABEn, em prol do desenvolvimento da profissão, evidenciou interesse em conhecer a situação da enfermagem no Brasil desde 1939, quando tinha apenas treze anos de existência. De 1939 até 1954, ocorreram diversas tentativas nesse sentido. A mais significativa foi o Levantamento Censitário de Enfermagem em 1950, feito pela Seção de Enfermagem da DOS do DNSP, que contou com a colaboração da Diretoria desse Departamento, da ABEn e do SESP.

O esforço para realização desse Levantamento Censitário demonstrou as dificuldades de se realizar pesquisa sobre a prática profissional da enfermagem brasileira e a indispensabilidade do apoio de diferentes instituições, eis que, isoladamente, a ABEn não conseguiria realizar tal empreendimento.

Concomitante às tentativas da ABEn de desenvolver estudos científicos para conhecer objetivamente a enfermagem no Brasil, a Associação recebia diversas solicitações de dados, sem que dispusesse de informações precisas. Esses pedidos, somados à tentativa de solucionar os problemas que a enfermagem enfrentava e ao panorama político e econômico do país, instigaram a ABEn a comprometer-se com a realização do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil.

No que diz respeito aos problemas que a enfermagem enfrentava, cabe destacar o reduzido número de enfermeiras existentes no país, o número limitado de escolas de enfermagem e a má qualidade na formação desses enfermeiros. Nesse contexto, a ABEn ressentia-se da disponibilidade de dados que propiciassem, de alguma forma, traçar planos visando ao enfrentamento dos desafios com que se deparava.

Foi durante o VII CBEn, realizado em 1954, que a ABEn assumiu publicamente o compromisso de realizar o tão esperado Levantamento de Recursos e Necessidades de

Enfermagem no Brasil. Desde então, a Associação, sob liderança de Maria Rosa Sousa Pinheiro, deu início às estratégias para viabilizar a pesquisa.

O primeiro passo no sentido de viabilizar o Levantamento foi buscar parcerias com entidades que compartilhavam interesse no assunto. Nesse intuito, a ABEn lançou mão de seu poder simbólico, capitalizado durante quase 30 anos de existência, como estratégia para dar credibilidade à pesquisa.

Com esse esforço, a Associação conseguiu que o Levantamento fosse financiado pela Fundação Rockefeller, assessorado tecnicamente pela OMS- RSPAN e recebesse o apoio de outras importantes instituições.

Considerada como pesquisa inédita realizada pela enfermagem no Brasil e, em face da limitação de não contar com enfermeiras experientes na investigação científica, a ABEn e as instituições envolvidas poderiam optar por contratar enfermeiras de outros países, experientes nesse tipo de pesquisa. Porém, preferiu-se estabelecer como critérios de escolha das enfermeiras para realizar tal Levantamento: serem brasileiras e conhecerem de perto os problemas enfrentados pela enfermagem de seu país, concomitantemente com o *habitus* científico, social e cultural capitalizados, durante sua formação acadêmica e experiência profissional.

Outra estratégia empreendida foi planejar cuidadosamente a estrutura do Levantamento, através da criação do Conselho de Colaboradores e formação dos Conselhos e Comissões desse Centro, definindo e distribuindo previamente as obrigações de cada qual. Como produto desse planejamento, merece relevo o Organograma e o Esquema do Levantamento.

A peculiaridade do Conselho de Colaboradores do Levantamento também pode ser citada como estratégia estratégica: esse foi composto por um considerável número (79

peças), em nenhum momento foi considerada a experiência prévia nesse tipo de estudo como fator de escolha desses membros, privilegiando-se a diversidade profissional e o conhecimento social, visando a desenvolver ação no setor de divulgação e relação com o público.

Ainda sob o ponto de vista de divulgação e relacionamento com o público, pode-se concluir que esses foram os recursos mais utilizados pelas enfermeiras envolvidas no Levantamento. Por se tratar de uma Pesquisa de nível nacional e de natureza censitária onde grande parte dos dados foi obtida através de questionários, a pesquisa não dependia apenas do esforço dos envolvidos diretamente no estudo, mas também da “boa vontade” dos envolvidos indiretamente.

O principal veículo de divulgação do Levantamento foi a REBEn, sendo considerável o número de notícias referentes ao Levantamento publicadas no periódico. Essa estratégia de divulgação foi eficaz, porque a utilização da revista como espaço de comunicação representou a possibilidade de fazer ver, de levar a existência, de fazer reconhecer, portanto, de nomear, as figuras prestigiosas da ABEn comprometidas com os resultados do Levantamento. Essa estratégia agregou crédito simbólico ao projeto em curso.

Por outro lado, várias foram as dificuldades enfrentadas pelas enfermeiras durante o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil: a falta de experiência prévia nesse tipo de estudo, que não permitiu um cálculo exato do orçamento, fazendo com que o recurso financeiro disponibilizado pela Fundação Rockefeller acabasse antes do planejado. Sem dúvida, esse foi o desafio mais considerável... Apesar de não ter interferido de maneira significativa durante a coleta de

dados, o fim da verba destinada à realização do Levantamento foi crucial para seu desfecho.

Não obstante extrapolar ao objeto do presente estudo vale a reflexão para estudos posteriores sobre as consequências da falta de recursos financeiros no final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil para sua divulgação e atendimento de suas 46 recomendações.

Apesar das dificuldades e obstáculos, a iniciativa da ABEn foi efetiva, no sentido de se fazer ver e crer através da realização do Levantamento, conquistando, desde então, espaço reconhecido para um discurso autorizado, baseado em dados concretos, para lutar a favor do desenvolvimento da enfermagem no Brasil. Nessa perspectiva, os diversos tipos de capital (social, científico e simbólico) que conseguiu acumular e mobilizar a seu favor mostrou-se eficaz durante a realização do Levantamento, inclusive para dar credibilidade à Pesquisa e conseguir apoio de outras instituições, a fim de que viabilizassem e realizassem o Estudo.

Nessa ordem de interpretação, conclui-se que o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil foi a primeira pesquisa realizada por enfermeiras brasileiras, com grandes números, sendo considerado o marco inicial da pesquisa científica de enfermagem no país, que proporcionou para a ABEn lucros simbólicos, não só na época em que foi realizado, mas também nos dias de hoje.

Sem dúvidas, o Levantamento deixou um legado para a história da enfermagem brasileira, ao marcar o início da pesquisa científica de enfermagem no país e trazer a público capacidade das enfermeiras de levar a bom termo estudo tão intenso, com dados concretos que permitiram diagnosticar a enfermagem brasileira naquela época.

# Referências

## FONTES PRIMÁRIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Editorial ABEn. **Anais de Enfermagem**. Rio de Janeiro, ano VII, nº2, junho, p. 73, 1954.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Resoluções do VII Congresso Nacional de Enfermagem. **Anais de Enfermagem**. Rio de Janeiro, ano VII, Nº 4, dezembro, p. 316-321, 1954.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. RELATÓRIO ANUAL DA PRESIDENTE. **Rev. Bras. Enferm.** Rio de Janeiro, setembro; nº3, ANO VIII, 1955.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Noticiário – DOAÇÃO DA FUNDAÇÃO ROCKEFELLER PROPORCIONA À ABEN PROMOVER UM LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES E RECURSOS DE ENFERMAGEM. **Rev. Bras. Enferm.** Rio de Janeiro, ano IX, nº 1, março, p. 46, 1956.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Noticiário – INSTALA-SE O CONSELHO DE COLABORADORES DO CENTRO DE LEVANTAMENTOS DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM. **Rev. Bras. Enferm.** Rio de Janeiro, Ano IX, nº 4, dezembro, p. 296, 1956.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Editorial ABEn. **Rev. Bras. Enferm.** Rio de Janeiro, Ano X, nº 2, junho, p. 107, 1957.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Noticiário – RECEBE VISITAS ILUSTRES O CENTRO DE LEVANTAMENTOS DA ABEn. **Rev. Bras. Enferm.** Rio de Janeiro, Ano X, nº 3, setembro, p. 295, 1957.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Recomendações do XI Congresso Brasileiro de Enfermagem. **Rev. Bras. Enferm.** Rio de Janeiro, ano XI, Nº 4, dezembro, p. 333-339, 1958.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Estudo das Condições de Enfermagem no País: Ata da 1ª Reunião. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: caixa 17, 001- Organização e Funcionamento, 1955.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. I Reunião do Conselho Diretor do Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem no. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: caixa 17, 001- Organização e Funcionamento, 1956.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. II Reunião do Conselho Diretor do Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem no. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: caixa 17, 001- Organização e Funcionamento, 1956.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. III Reunião do Conselho Diretor do Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem no. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: caixa 17, 001- Organização e Funcionamento, 1956.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. IV Reunião do Conselho Diretor do Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem no. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: caixa 17, 001- Organização e Funcionamento, 1957.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. V Reunião do Conselho Diretor do Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem no. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: caixa 17, 001- Organização e Funcionamento, 1957.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. VI Reunião do Conselho Diretor do Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem no. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: caixa 17, 001- Organização e Funcionamento, 1958.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. VII Reunião do Conselho Diretor do Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem no. In: Centro



de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: caixa 17, 001- Organização e Funcionamento, 1958.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. VIII Reunião do Conselho Diretor do Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem no. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: caixa 17, 001- Organização e Funcionamento, 1958.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. **Levantamento de recursos e necessidades de enfermagem no Brasil, 1956-1958.** Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem; 1980.

CARVALHO, A.C. **Associação Brasileira de Enfermagem 1926 – 1976 - Documentário.** Brasília: ABEn, 1976.

CRIAÇÃO DE FONTES DA HISTÓRIA DA ENFERMAGEM. **ACERVO DE DEPOIMENTOS.** In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery: Depoimento nº 6, Haydée Guanais Dourado, 1993.

CRIAÇÃO DE FONTES DA HISTÓRIA DA ENFERMAGEM. **ACERVO DE DEPOIMENTOS.** In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery: Depoimento nº 8, Maria Rosa Sousa Pinheiro, 1993.

DOURADO, H. G. **O INTERESSE DO PÚBLICO NUM LEVANTAMENTO DE ENFERMAGEM.** Seminário Didático Internacional Sobre Levantamentos de Enfermagem, p. 49-53, 1959.

PINHEIRO, M. R. **Razões para realização de um inquérito de recursos e necessidades de enfermagem.** Seminário Didático Internacional Sobre Levantamentos de Enfermagem, p. 5-9, 1959.

VERDERESE, M. L. **AValiação do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil.** Seminário Didático Internacional Sobre Levantamentos de Enfermagem, p. 47-48, 1959.

## FONTES SECUNDÁRIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, Boletim Informativo, out, nov, dez, p. 20, 2004. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/levantamentoderecursos.pdf>

ALMEIDA, A. J. F. **A Escola Anna Nery no “front” da Educação em Enfermagem e o (Re) Alinhamento de Posições de Poder (1931-1949)**. 2004. Tese (Doutorado em Enfermagem) Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ALVIM, E. F. LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM. **Rev. Bras. Enferm.** Rio de Janeiro, ano XVII; out; v. 5: 301-4, 1964

BAPTISTA, S.S.; BARREIRA, I.A. A luta da enfermagem por um espaço na universidade. Rio de Janeiro: Gráfica da UFRJ, 1997.

BARRETO, I. S; OLIVEIRA, I. R. S; LIMA, M. G. Associação Brasileira de Enfermagem: 70 anos de lutas e conquistas. **Esc. Anna Nery R Enferm.**, 1997, set; 1 (1): 23-31.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Razões e práticas**. Campinas: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Televisão**, Oeiras: Celta Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **Escritos de Educação**. 11ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. A Miséria do Mundo. 8<sup>o</sup> Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRANDÃO, E. M. **A Formação do Campo Científico de Enfermagem no Brasil: Sociologia da Geração de Pesquisadoras Pioneiras – 1935-1958.** 1999. Tese (Doutorado em Enfermagem) Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

CAMPOS, M. C. S. S. **A associação da fotografia aos relatos orais na reconstrução histórico-sociológica da memória familiar: reflexões sobre a pesquisa sociológica.** São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1992, Coleção de textos, n. 3, série 2.

ERDMANN, A.L.; MENDES, I.A.C.; LEITE, J.L. A enfermagem como área de conhecimento no CNPq: Resgate histórico da representação de Área. **Esc. Anna Nery R Enferm.**, 2007, mar; 11 (1): 118 - 26.

FONTE, A. S. **A Escola de Enfermagem Anna Nery e a nova ordem no campo da educação em enfermagem.** 2009, 123f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FREIRE, M. A. M. **Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil: da pesquisa ao livro (1956-1980).** 2011. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MANCIA, J.R.; PADILHA, M.I.C.S.; RAMOS, F.R.S.; CORDOVA, F.P.; AMARAL, N.V. Congresso Brasileiro de Enfermagem : sessenta anos de história. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, maio-jun; 62(3):471-9, 2009.

MARTINS, Carlos Benedito. **Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação.** In: CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV/Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, CPDOC; Brasília, DF.: CAPES, 2003. p. 294-309.

MÉIS, L. **O Perfil da Ciência Brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

PADILHA, M. I. C. S.; BORENSTEIN, M. S. O método da pesquisa histórica na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.** Florianópolis, 2005 out/dez, 14(4): 575-84.

PORTO, F; AMORIM, W. **História da Enfermagem: identidade, profissionalização e símbolos**. Wendis Editora, São Caetano do Sul, SP, 2010.

SANTOS, T. C. F. **O Poder Simbólico da Enfermagem Norte-americana no Ensino da Enfermagem na Capital do Brasil**. Rio de Janeiro: Anna Nery, 2002.

SANTOS, T. C. F.; BARRERIA, I. A. A fotografia como fonte na pesquisa em História da Enfermagem Brasileira. **Escola Anna Nery Revista Enfermagem**, v.3, n.1, p. 72-84, abr, 1999.

SANTOS, T.C.F.; GOMES, M.L.B. Nexos entre pós-graduação e pesquisa em enfermagem no Brasil. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília 2007, jan-fev; 60(16):91-5.

SAUTHIER, J. Memória e História: O Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery. **Esc. Anna Nery. Rev. Enferm.**, v. 4, n. 3, p. 339-346, 2000.

SAUTHIER, J; BARREIRA, I. A. **As enfermeiras norte-americanas e o ensino da enfermagem na capital do Brasil 1921-1931**. Rio de Janeiro: Editora Escola Anna Nery-UFRJ, 1999.

SECAF, V; COSTA, H. C. B. A. **Enfermeiras do Brasil: história das pioneiras**. Martini, São Paulo, 2007.

SECAF, V.; SANNA, M. C. “LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM NO BRASIL” – um documento da década de 50 do século XX. **Rev. Bras. Enferm.** 2003; 56(3): 315-17.

# **Anexos - Apêndices**

## Anexo 1

Lei 775-1949

# Presidência da República

## Casa Civil

### Subchefia para Assuntos Jurídicos

#### LEI Nº 775, DE 6 DE AGOSTO DE 1949.

Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** faz saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O ensino de enfermagem compreende dois cursos ordinárias:

- a) curso de enfermagem;
- b) curso de auxiliar de enfermagem.

Art. 2º O curso de enfermagem terá a duração de trinta e seis meses, compreendidos os estágios práticos, de acordo com o Regulamento que for expedido.

Art. 3º O curso de auxiliar de enfermagem será de dezoito meses.

Art. 4º Para a matrícula em qualquer dos cursos apresentará o candidato:

- a) certidão de registro civil, que prove a idade mínima de dezesseis anos e a máxima de trinta e oito;
- b) atestados de sanidade física e mental e de vacinação;
- c) atestado de idoneidade moral.

Art. 5º Para a matrícula no curso de enfermagem é exigido, além dos documentos relacionados no artigo 4º, o certificado de conclusão do curso secundário.

Parágrafo único. Durante o prazo de sete anos, a partir da publicação da presente Lei, será permitida a matrícula a quem apresentar, além dos documentos relacionados no artigo 4º, qualquer das seguintes provas: [\(Vide Lei nº 2.995, de 1956\)](#)

- a) certificado de conclusão de curso ginasial;
  - b) certificado do curso comercial;
  - c) diploma ou certificado de curso normal.
- Art. 6º Para a matrícula no curso de auxiliar de enfermagem exige-se uma das seguintes provas:

a) certificado de conclusão do curso primário, oficial ou reconhecido;

b) certificado de aprovação no exame de admissão ao primeiro ano ginásial, em curso oficial ou reconhecido;

c) certificado de aprovação no exame de admissão.

Parágrafo único. O exame de admissão, que será prestado perante a própria escola, constará de provas sobre noções de português, aritmética, geografia e história do Brasil.

Art. 7º Verificado excesso de candidatos sobre o limite de matrículas iniciais no curso de enfermagem, serão todos submetidos a concurso de seleção, elaborado pelo órgão competente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 8º O Regulamento disporá sobre o currículo de cada curso, o regime escolar, as condições de promoção e as de graduação e funcionamento dos cursos de post-graduação, inclusive a enfermagem de saúde pública e as instruções para autorização de funcionamento dos referidos cursos.

Art. 9º O Regulamento de que trata a presente Lei deverá ser expedido pelo poder competente, dentro do prazo improrrogável de noventa dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 10. Para que um curso de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem se organize e entre a funcionar, é indispensável autorização prévia do Governo Federal, a qual se processará nos termos do Regulamento a que se refere o artigo desta Lei.

Parágrafo único. A Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde promoverá as verificações que, reunidas em relatório, serão submetidas, com parecer, ao Ministério da Educação e Saúde, a qual expedirá portaria de autorização para funcionamento, válida pelo período de dois anos.

Art. 11. Decorrido o primeiro ano letivo, o estabelecimento será obrigado a requerer, dentro de sessenta dias, o reconhecimento do curso, sob pena de ser cassada a autorização.

Art. 12. Quando o aconselharem razões de natureza didática ou de interesse público, o Conselho Nacional de Educação poderá propôr a prorrogação da autorização por um ano letivo. Cabe-lhe, ainda, decidir na forma da lei sobre a transferência de alunos regularmente matriculados, quando negado o reconhecimento do curso.

Art. 13. Ao aluno que houver concluído o curso de enfermagem será, expedido diploma; ao que houver concluído o curso de auxiliar de enfermagem, será expedido certificado.

Art. 14. A concessão de reconhecimento de curso far-se-á mediante decreto do Presidente da República, sendo indispensável prévio parecer favorável do Conselho Nacional de Educação.

Art. 15. Os cursos de enfermagem atualmente equiparados passam à categoria de cursos reconhecidos.

Art. 16. Os alunos e ex-alunos diplomados pelas escolas oficiais de enfermagem, uma vez organizado o curso de enfermagem, poderão receber o diploma a que se refere o artigo 13 desde que sejam aprovados em tôdas as matérias do currículo de trinta e seis meses, de acôrdo com o artigo 2º.

§ 1º As escolas oficiais de enfermagem já existentes são autorizadas a manter cursos de enfermagem e de auxiliares de enfermagem, de acôrdo com a presente Lei.

§ 2º O Poder Executivo expedirá novo regulamento para essas escolas.

Art. 17. Os estabelecimentos que mantêm cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem, autorizados ou reconhecidos, serão fiscalizados de acôrdo com as instruções aprovadas pelo Ministério da Educação e Saúde.

§ 1º Essa fiscalização será executada sem ônus algum para as escolas.

§ 2º Até que seja criado o órgão próprio para cuidar dos assuntos referentes ao ensino de enfermagem, a fiscalização será feita por inspetores itinerantes diplomados em enfermagem e subordinados à Diretoria do Ensino do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 18. Uma vez instalado o órgão próprio no Ministério da Educação e Saúde, será realizada, de acôrdo com as instruções que forem baixadas, prova de habilitação para o exercício da função de inspetor, de que trata a presente Lei, exigida do candidato a apresentação do diploma de enfermagem por escola oficial ou reconhecida.

Art. 19. As atuais escolas de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem, ainda não autorizadas ou reconhecidas, existentes no País, ao ser publicada esta Lei, deverão requerer, dentro dos sessenta dias imediatos a essa publicação, a respectiva autorização do Poder Executivo.

Parágrafo único. Será concedido o reconhecimento imediato, se a autoridade encarregada da inspeção comprovar, que a escola satisfaz às exigências da presente Lei.

Art. 20. Em cada Centro Universitário ou sede de Faculdade de Medicina, deverá haver escola de enfermagem, com os dois cursos de que trata o art. 1º.

Art. 21. As instituições hospitalares, públicas ou privadas, decorridos sete anos, após a publicação desta Lei, não poderão contratar, para a direção dos seus serviços de enfermagem, senão enfermeiros diplomados.

Art. 22. Aos atuais cursos de enfermagem obstétrica será facultada a adaptação às exigências da presente Lei, de modo que se convertam em cursos de enfermagem e de auxiliares de enfermagem, destinados à formação de enfermeiras e de auxiliares de enfermeiras especializadas para a assistência obstétrica.

Art. 23. O Poder Executivo subvencionará tôdas as escolas de enfermagem que vierem a ser fundadas, no País e diligenciará no sentido de ampliar o amparo financeiro concedido às escolas já existentes.

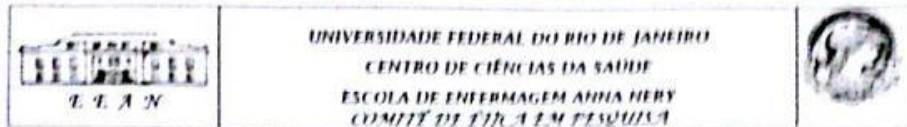
Art. 24. A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1949; 128º da Independência e 61º da República.



## Anexo 2

### Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa da EEAN-HESFA



Protocolo nº 063/2011

Título do Projeto: *LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM NO BRASIL: PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO (1954-1958)*

Pesquisador Responsável: Daniela Vieira Malta

Instituição onde a pesquisa será realizada: EEAN

Data de Entrega do Protocolo ao CEP: 16/8/2011

#### SITUAÇÃO:

#### Parecer

O Comitê de Ética em Pesquisa da EEAN/HESFA atendendo o previsto na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde **APROVOU** o referido projeto na reunião ocorrida em de 27 de setembro de 2011.

Caso a pesquisadora altere a pesquisa é necessário que o projeto retorne ao CEP para uma futura avaliação e emissão de novo parecer.

Lembramos que a pesquisadora deverá encaminhar o relatório da pesquisa daqui a 01 (hum) ano e/ou ao término da mesma, com um CD, indicando o número do protocolo atual, como um compromisso junto a esta Instituição e o CONEP.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2011.

Maria Aparecida Vasconcelos Moura  
Coordenadora do Comitê de Ética EEAN/HESFA/UFRJ

### Anexo 3

## Esquema Geral do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil<sup>13</sup>

### ESQUEMA DO LEVANTAMENTO DOS RECURSOS E NECESSIDADES DA ENFERMAGEM NO BRASIL—1956

Propósito do levantamento	Dados necessários	Meios para obtenção dos dados
<p>Determinar os recursos e as necessidades da enfermagem no Brasil</p> <p>ÁREA I</p> <p>Conhecer o potencial humano de que dispõe a enfermagem em seus diferentes setores ou ramos de atividade.</p> <p>a) Enfermeiras em atividade</p>	<p>Legislação vigente sobre o exercício de enfermagem, como base para conceituação de termos.</p> <p>Dados sobre:</p> <p>a) número de enfermeiras existentes nas instituições de saúde oficiais e particulares do país, distribuídas segundo o tipo e localização geográfica;</p> <p>b) preparo profissional</p> <p>c) funções que desempenham</p> <p>d) características individuais, tais como: idade, sexo, estado civil e número de dependentes</p>	<p>Contato com as escolas de enfermagem oficiais ou reconhecidas na forma da lei vigente, que regula o ensino de enfermagem no país (Lei 775, de agosto de 1949).</p> <p>Consulta a dados existentes nas seguintes instituições:</p> <p>Diretoria do Ensino Superior Serviço Nacional e Estaduais da Fiscalização da Medicina Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)</p> <p>Questionário para obter informações complementares não conseguidas através de consultas aos órgãos mencionados.</p>

<sup>13</sup> Anais do Seminário Didático Internacional sobre levantamentos de Enfermagem, 1959.

ESQUEMA DO LEVANTAMENTO DOS RECURSOS E NECESSIDADES DA  
ENFERMAGEM NO BRASIL—1956—Cont.

Propósito do levantamento	Dados necessários	Meios para obtenção dos dados
b) Determinar padrões razoáveis para avaliar a quantidade de serviço de enfermagem necessária aos hospitais.	f) horas disponíveis para o cuidado do paciente do pessoal de enfermagem, de acordo com a categoria do pessoal; relação entre o número de horas de cuidados de enfermagem ministrados por enfermeiras e pelo pessoal auxiliar. Critérios para serviço de enfermagem. <i>Estimativa de necessidades:</i> informações relativas ao que constitui utilização aceitável do pessoal de enfermagem para o cuidado de todos os pacientes.	Determinar por comissão de especialistas em administração hospitalar e serviços de enfermagem hospitalar. Perspectivas possíveis: 1) Utilização de padrões aceitáveis (índice de peritos) 2) Determinar como está sendo utilizado o pessoal de enfermagem e determinação dos cuidados de enfermagem que estão sendo ministrados numa amostra dos hospitais brasileiros 3) Número de vagas existentes nos hospitais, com disponibilidade financeira, para o pessoal de enfermagem e o número de vagas sem disponibilidade financeira.
c) Considerar como as condições de emprego afetam a procura de serviços de enfermagem.	Dados sobre a situação funcional do pessoal de enfermagem: estabilidade, remuneração, regime de trabalho, renovação de pessoal e causas ou fatores de afastamento do pessoal, de acordo com a categoria do mesmo.	Consultas sobre "Consolidação das Leis do Trabalho".
<b>ÁREA 3</b> Serviços de Enfermagem de Saúde Pública		
a) Conhecer a atual organização dos serviços de enfermagem dos Departamentos ou Serviços de Saúde do país.	Lista das instituições de Saúde Pública, em níveis nacional e estadual. Dados sobre: a) existência de uma seção de enfermagem nos Departamentos ou Serviços de Saúde, nacionais e estaduais, seus objetivos e posição dentro da estrutura geral do Departamento;	Utilização dos dados existentes na Divisão de Organização Sanitária do Ministério da Saúde. Questionários e Entrevistas a) para investigação dos serviços de enfermagem dos Departamentos nacionais e estaduais de Saúde (adaptação do questionário para o estudo dos serviços nacionais);
b) Conhecer os recursos de enfermagem disponíveis e os programas de saúde desenvolvidos pelas unidades sanitárias.	b) número e categoria do pessoal de enfermagem; c) tipo de atividade exercida pelo pessoal de enfermagem e preparo do pessoal para o desempenho de suas funções;	b) para estudo dos serviços de enfermagem nas unidades sanitárias. Levantamento, por amostragem, das unidades sanitárias (os Departamentos serão investigados

ESQUEMA DO LEVANTAMENTO DOS RECURSOS E NECESSIDADES DA  
ENFERMAGEM NO BRASIL—1956—Cont.

Propósito do levantamento	Dados necessários	Meios para obtenção dos dados
c) Determinar as necessidades atuais dos serviços de enfermagem e os recursos necessários para sua expansão futura.	<p>d) programas de enfermagem desenvolvidos pelas unidades sanitárias, programas de educação em serviço e cursos destinados à formação do pessoal auxiliar.</p> <p>Critérios para serviços de enfermagem de saúde pública</p> <p>Estimativa de necessidade, informações relativas ao que constitui uma utilização aceitável do pessoal de enfermagem para atender às necessidades de enfermagem da população brasileira.</p>	<p>em sua totalidade). Adaptação da técnica de amostragem utilizada para o levantamento dos hospitais no estudo dos serviços de enfermagem de saúde pública.</p> <p>Determinados por comissão de peritos em saúde pública e enfermagem de saúde pública.</p> <p>Perspectivas possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Utilização de padrões correntes (1:5.000)</li> <li>2) Determinar os programas de enfermagem desenvolvidos em unidades sanitárias em diferentes estágios de desenvolvimento e fazer tentativa no sentido de verificar como o pessoal de enfermagem está sendo utilizado nessas unidades.</li> </ol>
<b>ÁREA 4</b>		
<b>Escolas de Enfermagem</b>		
a) Conhecer a estrutura das escolas de enfermagem do país.	Lista das escolas de enfermagem, segundo a distribuição geográfica e subordinação administrativa.	Consultas aos dados existentes na Associação Brasileira de Enfermagem (ABE), na Divisão do Ensino Superior, no Serviço de Estatística da Educação, na CAPES, etc.
b) Verificar as lacunas existentes no ensino de enfermagem e determinar os aspectos onde há necessidade de melhoria	Dados sobre: a) Organização administrativa e didática das escolas;	Questionário a ser preenchido através de entrevistas com as diretoras das escolas de enfermagem.
c) Ajudar as escolas para que se beneficiem mutuamente de suas experiências.	b) Composição do corpo docente: número, seleção, permanência ao término de cada série escolar, desistências e suas possíveis causas, condições e práticas de saúde;	
d) Calcular os recursos atuais e futuros prováveis, quanto a candidatos potenciais às escolas de enfermagem.	c) Composição do currículo e seu desenvolvimento; d) Condições do campo de estágio; e) Custo <i>per capita</i> do ensino de enfermagem; f) Produção anual em número de estudantes das escolas de nível médio do país, em ambos os ciclos (1º e 2º).	Utilização de dados obtidos no estudo dos serviços de enfermagem hospitalar e de saúde pública.
<b>Escolas de Auxiliar de Enfermagem</b>		
a) Estudar a situação atual dos cursos ou escolas de auxiliar de enfermagem do país. (O estudo limitar-se-á aos cursos ou escolas autorizadas ou reconhecidas, na forma da lei vigente que regula o ensino da enferma-	Dados sobre: a) Distribuição das escolas ou cursos segundo a subordinação administrativa e localização geográfica; b) Composição do corpo docente; c) Corpo discente: número, condições de admissão, regime escolar, condições e práticas de saúde;	Consultas a dados existentes na ABE e no Serviço de Estatística da Educação.
		Questionários a serem enviados pelo Correio às diretoras das escolas ou de cursos de enfermagem.

**ESQUEMA DO LEVANTAMENTO DOS RECURSOS E NECESSIDADES DA  
ENFERMAGEM NO BRASIL—1956—Cont.**

Propósito do levantamento	Dados necessários	Meios para obtenção dos dados
<p>gem no país: Lei 775, de agosto de 1949).</p> <p>b) Determinar se o tipo de educação ministrado por essas escolas e o número de auxiliares formados correspondem às necessidades de pessoal de enfermagem nas instituições de saúde do país.</p>	<p>d) Composição e desenvolvimento do currículo;</p> <p>e) Relação entre o número de pessoal necessário nas instituições de saúde do país e o número de conclusões de curso, anualmente;</p> <p>f) Atividades atualmente exercidas pelo pessoal auxiliar.</p>	<p>Utilização dos dados obtidos no estudo dos serviços de enfermagem hospitalar e de saúde pública.</p>
<p><b>ÁREA 5</b></p> <p>a) Analisar alguns fatores que afetam a produção do pessoal de enfermagem.</p>	<p>Dados sobre:</p> <p>a) Grupos étnicos e sexo na população estudada;</p> <p>b) Nível de educação: número dos que concluíram curso primário, número dos que concluíram curso de grau médio e de diplomados por curso superior;</p> <p>c) Atitude do público em relação à enfermagem;</p> <p>d) Posição econômico-social do pessoal de enfermagem.</p>	<p>Utilização dados publicados pelas instituições seguintes: IBGE CAPES Serviço de Estatística da Educação</p>
<p>b) Procurar avaliar o estado sanitário do Brasil.</p>	<p>Dados sobre:</p> <p>a) Condições de saúde (índices de mortalidade, expectativa de vida, frequência de doenças transmissíveis);</p> <p>b) Condições do meio ambiente (percentagem da população que se beneficia com abastecimento de água devidamente tratada, que dispõe de instalações adequadas para a remoção de dejetos);</p> <p>c) Recursos assistenciais.</p>	<p>Dados dos estudos de comunidade.</p> <p>Dados do IBGE, do Serviço Federal de Bioestatística, do SESP, da Divisão de Organização Hospitalar, etc.</p>
<p>Formular recomendações na base dos dados obtidos. Determinar áreas que necessitam de estudo posterior. Desenvolver um plano de ação que permita às escolas e serviços de enfermagem beneficiarem-se dos resultados dos estudos de recursos e necessidades de enfermagem do país.</p>		

## **Apêndice 1**

### **Roteiro de Análise Documental**

#### **1. Identificação:**

Título:

Arquivo:

Localização:

Ano:

Assunto:

Data:

#### **2. Análise Técnica:**

Classificação Cronológica:

Classificação Temática:

Suporte do Documento:

Circulação:

#### **3. Conteúdo:**

Assunto:

Relação do Documento com outras Fontes Documento:

Síntese do Documento:

#### **4. Síntese Interpretativa:**

Articulação do documento com outras fontes:

Síntese dos Elementos Relativos ao Objeto de Estudo:

Data:

Assinatura:

## Apêndice 2

### Instrumento para exame da Matriz Fotográfica

#### 1. Identificação

Arquivo

Fundo

Ordenação

Local

Assunto

Data

#### 2. Análise Técnica

Classificação Cronológica: é o ano da foto

Classificação Temática: mini resumo

Dimensões da fotografia: medir os cm...

Suporte: é papel publicado a revista

Tipo de fotografia:

Publicação:

#### 3. Análise de Conteúdo o mais importante

Cenário

Pessoas (proximidade, postura e expressão facial):

Artefatos

#### 4. Análise de Expressão

Enquadramento

Disposição dos Planos

Composição

#### 5. Síntese Interpretativa

Articulação do documento fotográfico aos outros documentos

Articulação do texto fotográfico às fontes secundárias

Articulação dos elementos do espaço visível com o espaço invisível

Data

Assinatura

### Apêndice 3

#### Membros do Conselho de Colaboradores do Centro de Levantamentos

#### Composição do Conselho de Colaboradores – 79 membros<sup>14</sup>

Tabela – Resumo, em números, dos componentes do Conselho de Colaboradores, de acordo com a área pertencente.

<b>Presidente</b>	<b>01</b>
<b>Área Médica</b>	<b>26</b>
<b>Área de Enfermagem</b>	<b>08</b>
<b>Área de Educação Governamental</b>	<b>11</b>
<b>Área de Estatística e Pesquisa Social</b>	<b>07</b>
<b>Área de Bem-estar Social Nacional e Internacional</b>	<b>11</b>
<b>Área de Irradiação para o Público em Geral e Público Feminino</b>	<b>10</b>
<b>Área de Profissões em Coordenação com a Enfermagem</b>	<b>05</b>

**- Presidente:**

- Maria Rosa Sousa Pinheiro (ABEn)

**- Área Médica:**

***Forças Armadas Militarizadas***

- José Vieira Peixoto<sup>15</sup> representado por Luiz Paulo de Mello (Ministério da Guerra)

---

<sup>14</sup> ABEn, 1980, p. 12-21

<sup>15</sup> \* No Conselho de Colaboradores até 1956.



- Achilles Paulo Gallotti<sup>16</sup> representado por Aderval da França Gomes (Ministério da Guerra)
- Almirante Carlos Augusto de Brito e Silva Filho representado por Hilleon Perissé (Diretoria de Saúde da Marinha)
- Edgar Côrrea de Mello representado por Murillo de Moraes (Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica)
- Antonio Amarante (Serviço de Saúde da Polícia Militar)

### *Associações*

- Hilton Rocha\* (Associação Médica Brasileira)
- Iseu de Almeida e Silva (Associação Médica Brasileira)
- Teophilo de Almeida representado por Gastão Lobão (Associação Brasileira de Hospitais)
- Almicar Barca Pellon\* (Sociedade Brasileira de Higiene)
- Mário Pinotti\*\* (Sociedade Brasileira de Higiene)
- Ermiro Lima\* (Associação Médica do Distrito Federal)
- Renato Pacheco Filho\*\*\* (Associação Médica do Distrito Federal)

### *Departamentos e Serviços Nacionais*

- Henrique Maria Penido (Serviço Especial de Saúde Pública)
- Erlindo Salzano\* (Departamento Nacional de Saúde)

---

<sup>16</sup> \*\* No Conselho de Colaboradores desde 1957.

- Adelmo de Mendonça e Silva\*\* (Departamento Nacional de Saúde)
- Mário Pinotti\* (Departamento Nacional de Endemias Rurais)
- Átila Gomes de Carvalho\*\* (Departamento Nacional de Endemias Rurais)
- Aureliano Brandão\* (Departamento Nacional da Criança)
- Irabussú Rocha\*\* (Departamento Nacional da Criança)
- Raimundo Xavier Fernandes\* (Divisão de Organização Hospitalar)
- Eugenio Gomes de Carvalho\*\* (Divisão de Organização Hospitalar)
- Almicar Barca Pellon (Divisão de Organização Sanitária)
- Nilson de Freitas Guimarães (Divisão de Organização Sanitária)
- Olympio Remagem Soares (Divisão de Organização Sanitária)
- Luiz Salgado Lima (Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina)
- Lourival Ribeira da Silva\* representado por Clélea de Pontes (Serviço Nacional de Tuberculose)
- Levy Queiroga Lafetá\*\* (Serviço Nacional de Tuberculose)
- Hugo Pinheiro Guimarães (Serviço Nacional do Câncer)
- João Godim Fabrício de Barros (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio)
- Orestes Diniz (Serviço Nacional da Lepra)

### ***Associações***

- Ney de Almeida (Casa de Saúde Santa Maria)

- Adão Pereira Nunes (Casa de Saúde Santa Maria)
- Ângelo Cruz (Hospital dos Estrangeiros)
- Fernando Paulino (Casa de Saúde São Miguel)
- Pedro Nava\* (Hospital dos Servidores do Estado)
- Gennyson Amado\*\* (Hospital dos Servidores do Estado)
- Getúlio José da Silva\* (Hospital General Vargas, IAPETC)

**- Área de Enfermagem**

- Edith de Magalhães Fraenkel (Ex Presidente da ABEn)
- Gleite de Alcântara (Comissão de Educação da ABEn)
- Irmã Helena Couto\* (Conferência dos Religiosos do Brasil)
- Irmã Helena Maria Villac\*\* (Conferência dos Religiosos do Brasil)
- Isaura Barbosa Lima (Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária do DNS)
- Irmã Maria Gabriela Nogueira (Subcomissão de Diretoras de Escolas de Auxiliares de Enfermagem da ABEn de São Paulo)
- Marina de Andrade Resende (Divisão de Enfermagem do SESP)
- Waleska Paixão (Subcomissão de Diretoras de Escolas de Enfermagem)
- Irmã Percília de Aguiar (Escola de Enfermagem Hugo Werneck)

**- Área de Educação Governamental**

- Anísio Spínola Teixeira (CAPES)
- Augusto Leopoldo Galvão (Faculdade de Higiene e Saúde Pública, USP)
- Odair Pacheco Pedroso (Faculdade de Higiene e Saúde Pública, USP)
- Gabriel Teixeira de Carvalho (Reitor, USP)
- Cesário de Andrade (CNE, MEC)
- Lincoln de Freitas Filho (Cursos do DNS)
- Nair Fortes Abu-Merhy (Seção de Estudo e Organização da Diretoria do Ensino Superior do MEC)
- Edgar Rêgo Santos representado por Nilza Marques Maurício Garcia (UFBA)
- Raymundo Moniz de Aragão (Escola Nacional de Química)
- Colombo Etienne Arreguy (Campanha Nacional de Educação Rural, MEC)
- **Área de Estatística e Pesquisa Social**
- Otávio Lins Martins\* (Diretoria da Ensino Industrial do MEC)
- Francisco Montojos\*\* (Diretoria da Ensino Industrial do MEC)
- Waldecyr Freire Lopes\* (Conselho Nacional de Estatística do IBGE)
- Benedito Coelho Rodrigues\*\* (Conselho Nacional de Estatística do IBGE)
- Waldemar Lopes (Conselho Nacional de Estatística do IBGE)
- Luiz de Abreu Moreira\*\* (Conselho Nacional de Estatística do IBGE)
- Hidebrando Martins da Silva\*\* (Conselho Nacional de Estatística do IBGE)

- Antonio Teixeira de Freitas (Diretoria de Levantamentos Estatísticos do IBGE)
- Luiz de Aguiar Costa Pinto (Departamento de Sociologia da Faculdade Nacional de Filosofia)
- Anísio Spínola Teixeira (Centro Brasileiro de Pesquisa Educacionais do MEC)
- Jarbas Karman (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Pesquisa Hospitalar)
- **Área de Bem Estar Social Nacional e Internacional**
- Robert Briggs Watson (Representante para América do Sul da Fundação Rockefeller)
- Gertrudes Lutz (Chefe da Missão do Fundo Internacional de Socorro à Infância)
- Ministro Mário Pinotti (Legião Brasileira de Assistência)
- Ministro Nereu Ramos (Ministério da Justiça e Negócios Interiores)
- Kenneth O. Courtney, representante até 1958 (Repartição Sanitária Pan Americana, OMS)
- Emílio Budnik, representante desde 1958 (Repartição Sanitária Pan Americana, OMS)
- Maria Palmiro Tito de Moraes (OMS)
- Senador Vivalvo Palma Lima Filho (Cruz Vermelha Brasileira)
- Eunice Weaver (Federação de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra)
- E. Ross Jenney (Divisão de Saúde e Saneamento, U.S Operations Mission to Brazil)
- Henri Laurentie (Assistência Técnica da ONU)
- Napoleão Fontenelle da Silveira (Conselho Nacional de Serviço Social Rural, Ministério da Agricultura)

**- Área de Irradiação para o Público em Geral e Público Feminino**

- Sarah de Lemos Kubitscheck (Organização das Pioneiras Sociais, Palácio das Laranjeiras)
- Maria José Queiroz Austragésilo de Athayde (Federação das Bandeirantes do Brasil)
- Dom Helder Câmara (Palácio São Joaquim)
- Deputado Lauro Cruz (Câmara dos Deputados)
- Laudelino Oliveira
- Senador Moura Andrade (Senado Federal)
- Bernadete Sinay Neves (Escola de Biblioteconomia e Educação da UFBA)
- Heloísa Graça Couto
- Hebert Moses (Associação Brasileira de Imprensa)
- Lucy Viana Braga

**- Área de Profissionais em Coordenação com a Enfermagem**

- Fortunato Clemente da Silva (Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Rio de Janeiro)
- Maria das Dores Ferraz de Castro (Associação das Educadoras Sanitárias A-C Escola de Enfermagem de São Paulo)
- Lygia Greco Chapuis\* (Associação Brasileira de Obstetizes)
- Gessy Laffront\*\* (Associação Brasileira de Obstetizes)

- Raymundo Nonato da Costa Rocha (Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade A-C Sindicatos dos Enfermeiros)

- Haytil Prado (Associação Brasileira de Assistentes Sociais)